

Luiz Guilherme Marinoni
Daniel Mitidiero



Código de Processo Civil

Comentado artigo por artigo

4.^a edição revista, atualizada e ampliada



EDITORA 
REVISTA DOS TRIBUNAIS

347.911.25 (81) (094.4)

coment.

M 339 C

4. ed.

ex. 4

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR BARAIVA

Nº

DATA

930956

17/05/12

Luiz Guilherme Marinoni

02283

Daniel Mitidiero

Código de Processo Civil

Comentado artigo por artigo

4.ª edição revista, atualizada e ampliada

1.ª edição, 1.ª tiragem: setembro de 2008; 2.ª tiragem: outubro de 2008;

3.ª tiragem: abril de 2009; 4.ª tiragem: setembro de 2009 –

2.ª edição, 1.ª tiragem: fevereiro de 2010; 2.ª tiragem: maio de 2010 – 3.ª edição: 2011.

© desta edição

[2012]

ANTONIO BELINELO

Diretor responsável

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS A

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

Diagramação eletrônica:

Editora Revista dos Tribunais Ltda.,
CNPJ 60.501.293/0001-12.

Impressão e encadernação:

RR Donnelley Moore Editora e Gráfica Brasil
Ltda., CNPJ 62.004.395/0026-06.

Visite nosso site

www.rt.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor

sac@rt.com.br

Impresso no Brasil [02-2012]

Universitário [complementar]

Fechamento desta edição [14.02.2012]



ISBN 978-85-203-4338-8

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Nota prévia à 4. ^a edição	5
Nota prévia à 3. ^a edição	7
Nota prévia à 2. ^a edição	9
Nota prévia à 1. ^a edição	11
Tábua de abreviaturas	91

**LEI 5.869,
DE 11 DE JANEIRO DE 1973**

Institui o Código de Processo Civil.

1. Código Buzaid.....	93
2. Código Reformado.....	93

LIVRO I

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

1. Ausência de Parte Geral.....	93
2. Processo de Conhecimento.....	93

**TÍTULO I
DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO**

**Capítulo I
DA JURISDIÇÃO**

Art. 1º	95
1. Jurisdição	95
2. Jurisdição Civil	95
3. Unidade da Jurisdição	95
4. Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária.....	95
5. Jurisdição e Território Nacional ...	95
6. Jurisdição, Tutela Jurisdicional e Tutela Jurisdicional dos Direitos ...	96
7. Jurisdição, Processo e Tutela Juris- dicional no Plano do Direito Ma- terial	96
8. Equivalentes Jurisdicionais	96
9. Jurisdição e Arbitragem	97
Art. 2º	97
1. <i>Nemo Iudex sine Actore. Ne Proce- dat Iudex ex Officio</i>	97
2. Casos e Formas Legais.....	97

**Capítulo II
DA AÇÃO**

1. Ação e Código Buzaid	97
2. Ação, Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Adequada e Efetiva e Código Reformado.....	98
Art. 3º	98
1. Interesse e Legitimidade	98
2. Aferição da Existência de Interesse e de Legitimidade	98
Art. 4º	99
1. Ação Declaratória e Tutela Certifi- catória.....	99
2. Interesse do Autor	99
3. Existência ou Inexistência de Relação Jurídica	99
4. Autenticidade ou Falsidade de Do- cumento.....	99
5. Ação Declaratória e Violação do Direito.....	99
6. Ação e Sentença Declaratórias e Título Executivo Judicial	100
7. Demais Ações Declaratórias	100
Art. 5º	100
1. Ação Declaratória Incidental.....	100
2. Pendência Processual, Litigiosidade e Prejudicialidade.....	100
3. Legitimidade para Propositura	101
4. Prazo para Propositura.....	101
5. Recursos	101
Art. 6º	101
1. Substituição Processual.....	101
2. Excepcionalidade das Hipóteses de Substituição Processual.....	102

3. Poderes do Substituto Processual ..	102	2. Recusa do Suprimento Judicial	109
4. Substituição Processual e Coisa Julgada	102	Art. 12	109
5. Substituição Processual, Cooperativa e Ato Cooperativo	102	1. Apresentação e Representação	109
TÍTULO II		2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	110
DAS PARTES E DOS PROCURADORES		3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	110
1. Conceito de Parte	103	4. Representação dos Entes Despersonalizados	110
2. Conceito de Procurador	103	Art. 13	111
Capítulo I		1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar	111
DA CAPACIDADE PROCESSUAL		2. Consequências da Não Sanação do Defeito	111
1. Capacidade Processual	103	Capítulo II	
2. Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	103	DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES	
Art. 7º	104	Deveres de Todos os Participantes do Processo	
Capacidade para Estar em Juízo	104	Seção I	
Art. 8º	104	Dos deveres	
1. Representação e Assistência dos Incapazes	104	Art. 14	112
2. Poder Familiar	105	1. Proibição Processual	112
3. Tutores	105	2. Dever de Veracidade	113
4. Curadores	105	3. Dever de Lealdade e de Boa-fé	113
5. Intervenção do Ministério Público ..	105	4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação	114
Art. 9º	105	5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	114
1. Curador Especial	105	6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais	114
2. Curador Especial e Incapazes	106	7. Atos atentatórios ao Exercício da Jurisdição	114
3. Curador Especial, Prisão e Revelia ..	106	Art. 15	114
4. Poderes do Curador Especial	106	Expressões Injuriasas	114
5. Curador Especial e Defensoria Pública	106	Seção II	
6. Curador Especial e Ministério Público	107	Da responsabilidade das partes por dano processual	
Art. 10	107	Art. 16	115
1. Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges	107	Responsabilidade por Dano Processual ..	115
2. Capacidade para Estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges	107		
3. Capacidade para Estar em Juízo dos Cônjuges e Ações Possessórias	108		
4. Ausência de Consentimento do Cônjuge	108		
5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária	108		
Art. 11	108		
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge	109		

Art. 17	115	2. Alegações das Exceções e Responsabilidade do Demandado.....	123
1. Rol Exemplificativo	116	Art. 23	123
2. Alegações Desprovidas de Fundamentação	116	1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais.....	123
3. Alteração da Verdade dos Fatos.....	116	2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial.....	124
4. Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal	116	Art. 24	124
5. Resistência Injustificada ao Andamento do Processo	116	Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais.....	124
6. Condução Temerária da Causa	117	Art. 25	124
7. Incidentes Manifestamente Infundados	117	Juizos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais.....	124
8. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório	117	Art. 26	124
9. Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária.....	117	1. Desistência, Reconhecimento e Despesas Processuais	124
Art. 18	117	2. Transação e Despesas Processuais .	125
1. Consequências da Má-fé no Processo	117	Art. 27	125
2. Pluralidade de Litigantes de Má-fé	118	1. Ministério Público e Despesas Processuais	125
3. Valor da Indenização.....	118	2. Fazenda Pública e Despesas Processuais	125
Seção III			
Das despesas e das multas			
Art. 19	118	Art. 28	125
1. Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais	118	Abandono de Causa e Despesas Processuais.....	125
2. Despesas Processuais	119	Art. 29	126
3. Justiça Gratuita.....	119	1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais.....	126
4. Antecipação de Tutela e Despesas Processuais.....	119	2. Justo Motivo	126
Art. 20	120	Art. 30	126
1. Condenação nas Despesas Processuais.....	120	Custas Indevidas ou Excessivas	126
2. Honorários Advocatícios	121	Art. 31	126
3. Fixação da Verba Honorária.....	121	Atos Manifestamente Protelatórios, Impertinentes ou Supérfluos e Despesas Processuais.....	126
4. Apreciação Equitativa do Juiz	121	Art. 32	126
Art. 21	122	Assistência e Despesas Processuais.....	126
1. Sucumbência Parcial	122	Art. 33	127
2. Sucumbência Mínima.....	123	1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos....	127
Art. 22	123	2. Depósito de Honorários Periciais e Liberação Total ou Parcial.....	127
1. Exceções de Direito Material e Retardamento da Causa	123		

Art. 34	127
Ações Incidentais, Jurisdição Voluntária e Regime de Despesas Processuais	127
Art. 35	127
Sanções à Má-fé e Beneficiários	127

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 36	128
1. Representação da Parte em Juízo... ..	128
2. Advocacia em Causa Própria	128
3. Postulação em Causa Própria sem Habilitação Legal	128
Art. 37	128
1. Capacidade Postulatória e Procuração	128
2. Postulação sem Procuração	129
Art. 38	129
1. Procuração e Poderes	129
2. Procuração e Assinatura Digital... ..	129
Art. 39	129
Ônus do Advogado	130
Art. 40	130
Direitos do Advogado	130

Capítulo IV DA SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

Sucessão Processual	130
Art. 41	131
Estabilidade Subjetiva do Processo	131
Art. 42	131
1. Alienação da Coisa Litigiosa.....	131
2. Legitimidade para Causa	131
3. Eficácia da Sentença	132
Art. 43	132
1. Sucessão Processual Necessária....	132
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos.....	132
Art. 44	132
Sucessão de Patronos	132
Art. 45	132
Denúncia do Mandato	133

Capítulo V DO LITISCONSÓRCIO E DA ASSISTÊNCIA

Seção I Do litisconsórcio

1. Litisconsórcio	133
2. Classificação do Litisconsórcio	133
Art. 46	133
1. Fontes do Litisconsórcio	134
2. Litisconsórcio Facultativo.....	134
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário	134
Art. 47	135
1. Litisconsórcio Necessário	135
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário	136
Art. 48	136
1. Regimes do Litisconsórcio.....	136
2. Regime Comum	136
3. Regime Especial	137
Art. 49	137
Condução do Processo	137

Seção II Da assistência

Topologia da Matéria.....	137
Art. 50	137
1. Assistência Simples	137
2. Requisitos.....	138
3. Estado do Processo	139
Art. 51	139
Admissão do Assistente Simples	139
Art. 52	139
1. Poderes e Ônus do Assistente Simples	139
2. Revelia do Assistido.....	140
Art. 53	140
Subordinação do Assistente Simples....	140
Art. 54	140
1. Assistência "Litisconsorcial"	140
2. Admissão do Assistente "Litisconsorcial"	141

Art. 55	141	2. Intimação do Demandante	145
1. Eficácia da Assistência Simples.....	141	3. Indeferimento do Pedido	145
2. <i>Exceptio Male Gestis Processus</i>	141	Art. 65	145
Capítulo VI		Aceitação ou Não Aceitação do Deman-	
DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS		dante.....	145
1. Partes e Terceiros	141	Art. 66	145
2. Intervenção de Terceiros	141	Aceitação ou Não Aceitação do No-	
3. Intervenção Voluntária e Intervenção		meado.....	145
Forçada.....	142	Art. 67	146
Seção I		1. Regra da Dupla Aceitação	146
Da oposição		2. Novo Prazo para Defesa.....	146
Art. 56	142	Art. 68	146
1. Oposição	142	Presunção de Aceitação.....	146
2. Oposição Sucessiva.....	142	Art. 69	146
3. Momento para Oposição	142	Dever de Nomear e Responsabilidade	
Art. 57	143	Processual.....	146
1. Petição Inicial	143	Seção III	
2. Distribuição e Citação	143	Da denunciação da lide	
3. Resposta dos Opostos	143	Art. 70	146
4. Réu Revel	143	1. Denunciação da Lide	147
Art. 58	143	2. Obrigatoriedade da Denunciação .	147
Reconhecimento do Pedido	143	3. Litisdenunciação pelo Demandante	
Art. 59	143	e pelo Demandado.....	147
Oposição Antes da Audiência de Instrução		4. Hipóteses de Denunciação.....	147
e Julgamento.....	143	5. Cabimento da Denunciação.....	148
Art. 60	144	Art. 71	148
Oposição Depois da Audiência de Ins-		1. Momento Oportuno para Denun-	
trução e Julgamento	144	ciação.....	148
Art. 61	144	2. Controle de Ofício.....	148
Oposição e Prejudicialidade	144	Art. 72	148
Seção II		Citação do Denunciado	148
Da nomeação à autoria		Art. 73	149
Art. 62	144	1. Litisdenunciação Sucessiva.....	149
1. Nomeação à Autoria	144	2. Denunciação da Lide <i>Per Saltum</i> ...	149
2. Hipóteses.....	144	Art. 74	149
Art. 63	145	Denunciação pelo Demandante e Com-	
Nomeação à Autoria e Responsabilidade		parecimento do Denunciado.....	149
Civil.....	145	Art. 75	149
Art. 64	145	Denunciação pelo Demandado e Com-	
1. Prazo para Nomeação	145	parecimento do Denunciado.....	150

Art. 76	150
1. Decisão Simultânea	150
2. Despesas Processuais	150

Seção IV

Do chamamento ao processo

Art. 77	150
1. Chamamento ao Processo.....	151
2. Hipóteses.....	151
3. Cabimento.....	151

Art. 78	151
1. Momento Oportuno para o Chamamento	151
2. Controle de Ofício.....	152

Art. 79	152
Citação do Chamado	152

Art. 80	152
Eficácia da Decisão	152

TÍTULO III

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 81	153
1. Ministério Público como Parte	153
2. Litisconsórcio entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.....	153

Art. 82	153
1. Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	153
2. Ministério Público e Interesse Público Primário.....	153

Art. 83	154
Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	154

Art. 84	154
Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual.....	154

Art. 85	154
Responsabilidade Civil do Ministério Público	154

TÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Capítulo I

DA COMPETÊNCIA

1. Competência	155
2. Critérios para Definição de Competência	155
3. Competência Absoluta e Competência Relativa	155
Art. 86	155
1. Causas Cíveis.....	155
2. Juízo Arbitral.....	155

Art. 87	156
1. Perpetuação da Competência.....	156
2. Incompetência Superveniente.....	156

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA INTERNACIONAL

1. Competência Internacional	156
2. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva	157
Art. 88	157
Competência Internacional Concorrente	157

Art. 89	157
Competência Internacional Exclusiva...	157

Art. 90	158
1. Ineficácia da Litispendência Estrangeira.....	158
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira.....	158

Capítulo III

DA COMPETÊNCIA INTERNA

Seção I

Da competência em razão do valor e da matéria

Art. 91	158
1. Critério Objetivo para Determinação de Competência.....	158

2. Competência em Razão do Valor ..	158
3. Competência em Razão da Matéria	159
4. Competência em Razão da Pessoa	159
Art. 92	159
Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria	159
Seção II	
Da competência funcional	
Art. 93	160
Critério Funcional para Determinação de Competência.....	160
Seção III	
Da competência territorial	
Art. 94	160
1. Critério Territorial para Determinação de Competência.....	160
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	161
Art. 95	161
<i>Forum Rei Sitae</i>	161
Art. 96	161
1. Foro do Autor da Herança	162
2. Foros Subsidiários.....	162
Art. 97	162
Foro do Ausente.....	162
Art. 98	162
Foro do Incapaz	162
Art. 99	162
1. Foro dos Territórios	163
2. Foro da União	163
Art. 100	163
1. Foro da Mulher.....	163
2. Foro do Alimentando	164
3. Foro do Demandado.....	164
4. Foro do Lugar.....	164
5. Foro do Lugar do Ato ou Fato.....	164
6. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato	164
Art. 101	164
Dispositivo Revogado	164

Seção IV	
Das modificações da competência	
Modificações da Competência	164
Art. 102	165
Competências Modificáveis pela Conexão.....	165
Art. 103	165
1. Conexão	165
2. Classificação da Conexão.....	165
Art. 104	165
Continência	165
Art. 105	166
1. Reunião das Causas	166
2. Faculdade Judicial.....	166
Art. 106	166
1. Prevenção	166
2. Primeiro Despacho.....	166
Art. 107	166
Imóvel Situado em Mais de um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária ..	166
Art. 108	167
Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade.....	167
Art. 109	167
Competência e Conexão Qualificada por Reconvenção, Prejudicialidade, Garantia e Compensação.....	167
Art. 110	167
1. Conexão Qualificada por Prejudicialidade Externa e Suspensão do Processo.....	167
2. Ação Penal Não Exercida.....	168
Art. 111	168
1. Competências Modificáveis pela Vontade das Partes.....	168
2. <i>Forum Electionis e Forum Contractus</i>	168
3. Forma do Foro de Eleição	168
4. Transmissibilidade do Foro de Eleição	168

Seção V			
Da declaração de incompetência			
Art. 112	168	2. Validade dos Atos do Juiz Incompetente.....	173
1. Incompetência Relativa	169	3. Recorribilidade da Decisão do Conflito de Competência	174
2. Procedimento	169	Art. 123	174
3. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro.....	169	1. Conflito Interno de Competência ..	174
Art. 113	169	2. Normas de Reprodução Obrigatória	174
1. Incompetência Absoluta	169	Art. 124	174
2. Responsabilidade pelas Custas	169	1. Conflito de Atribuições	174
3. Invalidade dos Atos Decisórios	169	2. Competência para Decisão do Conflito de Atribuições	174
Art. 114	169	Capítulo IV	
Prorrogação de Competência	170	DO JUIZ	
Art. 115	170	Seção I	
1. Conflito de Competência	170	Dos poderes, dos deveres e da	
2. Objeto do Conflito de Competência	171	responsabilidade do juiz	
Art. 116	171	Art. 125	174
1. Legitimidade para Suscitar o Conflito.....	171	1. Direção do Processo.....	175
2. Oitiva do Ministério Público	171	2. Deveres na Direção do Processo....	175
Art. 117	171	3. Outros Deveres na Direção do Processo	175
1. Ilegitimidade para Suscitar o Conflito.....	171	Art. 126	175
2. Exceção de Incompetência.....	171	1. Dever de Decidir	176
Art. 118	172	2. Julgamento da Lide.....	176
1. Competência para a Decisão do Conflito de Competência	172	3. Lei, Analogia, Costumes e Princípios Gerais de Direito	176
2. Forma de Instauração.....	172	Art. 127	176
3. Prova do Conflito	172	Equidade	176
Art. 119	172	Art. 128	176
Oitiva dos Juízos Conflitantes.....	172	1. Princípio da Demanda.....	177
Art. 120	172	2. Lide Processual.....	177
1. Suspensão do Processo.....	173	3. Questões Conhecíveis de Ofício ...	177
2. Tutela de Urgência.....	173	4. Quebra da Congruência entre Pedido e Tutela Jurisdicional.....	177
3. Decisão Monocrática.....	173	Art. 129	177
Art. 121	173	1. Uso Ilegal do Processo	177
Apresentação do Conflito em Sessão....	173	2. Circunstâncias da Causa	178
Art. 122	173	3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito.....	178
1. Decisão do Conflito de Competência	173	Art. 130	178
		1. Poderes Instrutórios do Juiz	178

2. Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias	179
3. Oitiva de Testemunha de Ofício....	179
Art. 131	179
1. Apreciação da Prova.....	179
2. Modelos de Apreciação da Prova ..	179
3. Constância dos Autos	180
4. Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material.....	180
5. Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial.....	180
Art. 132	180
1. Identidade Física do Juiz.....	180
2. Exceções	181
3. Repetição da Prova	181
Art. 133	181
1. Responsabilidade Civil do Juiz.....	181
2. Notificação ao Juiz.....	181
Seção II	
Dos impedimentos e da suspeição	
Imparcialidade	181
Art. 134	182
1. Impedimentos	182
2. Hipóteses.....	182
3. Alegação de Impedimento	183
Art. 135	183
1. Suspeições	183
2. Hipóteses.....	183
3. Alegação de Suspeição	184
Art. 136	184
Impedimento no Tribunal.....	184
Art. 137	185
1. Impedimentos, Suspeições e Membros de Tribunais.....	185
2. Dever de Abstenção	185
Art. 138	185
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições	185
2. Ministério Público.....	185
3. Serventuário da Justiça.....	185
4. Perito e Intérprete.....	185
5. Procedimento	186
6. Procedimento nos Tribunais	186

Capítulo V DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 139	186
Auxiliares do Juízo	186

Seção I

Do serventuário e do oficial de justiça

Art. 140	186
Ofícios da Justiça	186
Art. 141	186
Atribuições do Escrivão de Justiça.....	187
Art. 142	187
Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato.....	187
Art. 143	187
Atribuições do Oficial de Justiça	187
Art. 144	188
Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial	188

Seção II

Do perito

Art. 145	188
1. Perito.....	188
2. Escolha do Perito.....	188
Art. 146	189
1. Dever e Escusa do Perito.....	189
2. Apresentação da Escusa	189
Art. 147	189
Responsabilidade do Perito	189

Seção III

Do depositário e do administrador

Art. 148	189
Depositário e Administrador	189
Art. 149	190
1. Remuneração.....	190
2. Preposto	190
Art. 150	190
Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	190

Seção IV
Do intérprete

Art. 151	190
1. Intérprete	191
2. Atribuições do Intérprete.....	191
Art. 152	191
Nomeação de Intérprete.....	191
Art. 153	191
1. Dever e Escusa do Intérprete	191
2. Responsabilidade do Intérprete	191

TÍTULO V
DOS ATOS PROCESSUAIS

Atos Processuais	193
------------------------	-----

Capítulo I
DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

Forma dos Atos Processuais	193
----------------------------------	-----

Seção I
Dos atos em geral

Art. 154	193
1. Sistema de Instrumentalidade das Formas.....	193
2. Forma Eletrônica.....	193
3. Prática de Atos Processuais por Fac-símile	194
Art. 155	194
1. Publicidade dos Atos Processuais..	194
2. Segredo de Justiça.....	194

Art. 156	195
Vernáculo.....	195

Art. 157	195
1. Documento Redigido em Língua Estrangeira	195
2. Tradutor Juramentado	195

Seção II
Dos atos da parte

Art. 158	195
Eficácia Imediata dos Atos Processuais .	195

Art. 159	196
Autos Suplementares	196

Art. 160	196
Recibo.....	196

Art. 161	196
Vedação a Cotas Marginais e Interlineares	196

Seção III
Dos atos do juiz

Art. 162	196
1. Atos do Juiz	197
2. Sentença.....	197
3. Decisões Interlocutórias	197
4. Despachos	197

Art. 163	197
1. Acórdãos	197
2. Decisões Monocráticas.....	198

Art. 164	198
Autenticidade dos Atos Judiciais.....	198

Art. 165	198
1. Forma das Decisões	198
2. Fundamentação Concisa.....	198

Seção IV
Dos atos do escrivão
ou do chefe de secretaria

Art. 166	199
1. Recebimento da Inicial	199
2. Autos Adicionais e Sobreaautuação	199

Art. 167	199
1. Numeração e Rubrica	199
2. Faculdade de Rubricar	199

Art. 168	199
1. Forma Simplificada	199
2. Responsabilidade do Serventuário	200

Art. 169	200
1. Forma Escrita	200
2. Autenticidade	200
3. Abreviaturas	200
4. Forma Digital	200

Art. 170	201
Taquigrafia, Estenotipia e Outros	201

Art. 171	201	Art. 179	205
Espaços em Branco, Entrelinhas, Emendas e Rasuras.....	201	1. Inexistência de Férias Forenses	205
<p>Capítulo II DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS</p>		2. Aplicação aos Recessos Forenses ...	205
Tempo e Lugar dos Atos Processuais.....	201	Art. 180	205
<p>Seção I Do tempo</p>		1. Hipóteses de Suspensão.....	205
Art. 172	202	2. Procedimento para Restituição do Prazo	206
1. Tempo dos Atos Processuais	202	Art. 181	206
2. Conclusão do Ato.....	202	1. Prazos Dilatórios	206
3. Casos Excepcionais.....	202	2. Custas Acrescidas	206
4. Horário Forense e Horário Bancário.....	202	Art. 182	206
Art. 173	203	1. Prazos Peremptórios	207
1. Férias Forenses e Feriados.....	203	2. Dificil Transporte ou Calamidade Pública.....	207
2. Prática de Atos Processuais em Feriados.....	203	Art. 183	207
Art. 174	203	1. Prazos Próprios e Prazos Impróprios	207
Inexistência de Férias Forenses.....	203	2. Preclusão	207
Art. 175	203	3. Justa Causa	207
Dias Feriados	203	4. Procedimento	208
<p>Seção II Do lugar</p>		Art. 184	208
Art. 176	204	1. Contagem de Prazo	208
Lugar dos Atos Processuais.....	204	2. Métodos de Contagem	209
<p>Capítulo III DOS PRAZOS</p>		3. Disponibilização, Publicação e Intimação Eletrônica.....	209
<p>Seção I Das disposições gerais</p>		Art. 185	209
1. Prazos.....	204	Prazo Legal Subsidiário	209
2. Classificação dos Prazos.....	204	Art. 186	209
3. Fluência e Contagem.....	204	Renúncia do Direito ao Prazo	209
Art. 177	205	Art. 187	209
1. Prazos Legais e Prazos Judiciais....	205	1. Prazos Impróprios e Inexistência de Preclusão Temporal	209
2. Dupla Omissão.....	205	2. Motivo Justificado	209
Art. 178	205	Art. 188	209
1. Continuidade dos Prazos	205	1. Prazos Especiais	210
2. Interrupção e Suspensão	205	2. Fazenda Pública.....	210
		3. Ministério Público.....	210
		4. Quádruplo para Contestar	210
		5. Dobro para Recorrer.....	210
		Art. 189	211
		Prazos para o Juiz	211
		Art. 190	211
		Prazos para o Serventuário.....	211

Art. 191	211	2. Requisitos Eventualmente Essenciais.....	215
1. Prazo em Dobro e Litisconsórcio..	211	3. Forma Eletrônica.....	215
2. Não Cumulatividade.....	212	Art. 203	216
Art. 192	212	Prazo para Cumprimento	216
Prazo de Espera	212	Art. 204	216
Seção II		Caráter Itinerante	216
Da verificação dos prazos e das penalidades		Art. 205	216
Art. 193	212	Expedição Urgente	216
Verificação dos Prazos.....	212	Art. 206	216
Art. 194	212	Telegrama e Radiograma	216
Processo Administrativo	212	Art. 207	216
Art. 195	212	Telefone.....	217
1. Retenção Excessiva.....	212	Art. 208	217
2. Sanções Processuais	212	Execução e Efetivação de Ofício	217
Art. 196	213	Art. 209	217
1. Retenção Abusiva	213	1. Recusa de Cumprimento	217
2. Sanções Processual, Disciplinar e Penal.....	213	2. Requisitos Legais.....	217
Art. 197	213	3. Incompetência Absoluta.....	218
Ministério Público e Fazenda Pública ...	213	4. Autenticidade	218
Art. 198	213	5. Irresignação em face do Ato Praticado	218
Excesso de Prazo pelo Juiz.....	213	6. Decisão Fundamentada	218
Art. 199	214	Art. 210	218
Excesso de Prazo nos Tribunais.....	214	Cartas Rogatórias Ativas.....	218
Capítulo IV		Art. 211	219
DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS		Cartas Rogatórias Passivas	219
Seção I		Art. 212	219
Das disposições gerais		Devolução da Carta	219
Art. 200	214	Seção III	
Cumprimento dos Atos Processuais.....	214	Das citações	
Art. 201	214	Art. 213	219
1. Expedição de Cartas	214	1. Citação	219
2. Carta de Ordem.....	214	2. Defesa no Processo	219
3. Carta Rogatória	215	3. Atitudes do Réu.....	220
4. Carta Precatória.....	215	Art. 214	220
Seção II		1. Validade do Processo.....	220
Das cartas		2. Inexistência de Citação	220
Art. 202	215	3. Invalidade da Citação	220
1. Requisitos Essenciais.....	215	4. Ineficácia da Citação.....	221

Art. 235	234
Realização de Ofício	234
Art. 236	235
1. Intimação pela Imprensa.....	235
2. Intimação do Ministério Público ..	235
3. Intimação da Defensoria Pública ..	235
4. Intimação da Advocacia-Geral da União.....	235
5. Intimação da Fazenda Pública na Execução Fiscal	235
Art. 237	236
1. Intimação pela Imprensa.....	236
2. Intimação por Escrivão, Chefe de Secretaria ou Oficial de Justiça	236
3. Intimação pelo Correio	236
4. Intimação Eletrônica	236
Art. 238	236
1. Intimação pelo Correio.....	236
2. Ônus das Partes, de seus Representantes Legais e de seus Advogados	236
Art. 239	237
1. Intimação por Oficial de Justiça	237
2. Certidão de Intimação	237
Art. 240	237
1. Fluência de Prazo	237
2. Realização da Intimação	237
Art. 241	237
1. Fluência de Prazo	238
2. Comunicação pelo Correio	238
3. Comunicação por Oficial de Justiça	238
4. Comunicação por Edital	238
5. Ato Processual por Carta	238
6. Pluralidade de Réus	238
Art. 242	238
1. Fluência de Prazo Recursal	238
2. Ciência Inequívoca	238
3. Antecipação de Audiência	239

Capítulo V DAS NULIDADES

1. Forma e Invalidade	239
2. Invalidades Processuais.....	239
3. Teorias sobre Invalidades Processuais.....	239

4. Invalidades Processuais e Colaboração	239
Art. 243	239
Proibição do <i>Venire Contra Factum Proprium</i>	239
Art. 244	240
Finalidade.....	240
Art. 245	240
Alegação e Preclusão	240
Art. 246	240
1. Participação do Ministério Público.....	241
2. Alcance da Invalidade	241
Art. 247	241
Citações e Intimações	241
Art. 248	241
1. Projeção das Invalidades	241
2. Invalidade Decorrente	241
3. Invalidade Parcial.....	242
4. Redução Eficacial do Ato Inválido	242
Art. 249	242
1. Invalidade, Extensão e Providências.....	242
2. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i>	242
3. Sentença de Mérito.....	242
Art. 250	243
1. Erro de Forma do Processo	243
2. Atos Necessários.....	243
3. Prejuízo à Ampla Defesa e ao Contraditório	243

Capítulo VI DE OUTROS ATOS PROCESSUAIS

Seção I Da distribuição e do registro

Art. 251	243
1. Registro	243
2. Distribuição.....	243
3. Critérios para Distribuição	243
Art. 252	244
Distribuição Alternada	244

Art. 253	244
1. Distribuição por Dependência	244
2. Prevenção, Extinção do Processo sem Resolução de Mérito e Reiteração da Demanda	244
3. Reiteração da Demanda, Distribuição por Dependência e Prevenção	244
4. Anotação pelo Distribuidor	245

Art. 254	245
1. Distribuição e Procuração	245
2. Exceções	245
3. Outros Casos	245

Art. 255	245
1. Atuação do Distribuidor	245
2. Atuação Jurisdicional	245

Art. 256	246
Fiscalização da Distribuição	246

Art. 257	246
Cancelamento da Distribuição	246

Seção II Do valor da causa

1. Valor da Causa	246
2. Relevância	246
3. Fixação	246
4. Requerimento da Parte e Conhecimento de Ofício	246

Art. 258	247
1. Valor Certo	247
2. Pedido Genérico	247
3. Ausência de Indicação de Valor	247

Art. 259	247
1. Fixação Legal	247
2. Tutela Ressarcitória	247
3. Cumulação de Pedidos	248
4. Cumulação Simples e Cumulação Sucessiva	248
5. Cumulação Alternativa	248
6. Pedido Alternativo	248
7. Existência, Validade, Cumprimento, Modificação ou Rescisão de Negócio Jurídico	248
8. Alimentos	249
9. Divisão, Demarcação e Reivindicação	249

10. Casuística	249
Art. 260	250
Prestações Vencidas e Vincendas	250
Art. 261	250
1. Impugnação ao Valor da Causa	250
2. Procedimento	251

TÍTULO VI DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Capítulo I DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Art. 262	252
1. Iniciativa da Parte	252
2. Impulso Oficial	252

Art. 263	252
1. Propositura da Ação	252
2. Efeitos para o Demandado	252

Art. 264	253
1. Estabilidade do Processo	253
2. Alteração da Causa de Pedir e do Pedido	253
3. Inexistência de Alteração da Causa de Pedir	253
4. Fato Superveniente	254

Capítulo II DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 265	254
1. Suspensão do Processo	254
2. Hipóteses de Suspensão do Processo	255
3. Morte ou Perda de Capacidade Processual da Parte	255
4. Morte ou Perda de Capacidade Processual do Representante da Parte	255
5. Morte ou Perda de Capacidade Processual do Procurador	255
6. Convenção das Partes	255
7. Exceção Processual	256
8. Sentença de Mérito	256
9. Força Maior	256
10. Demais Casos	256

Art. 266	256
1. Vedação à Prática de Atos Processuais	256
2. Atos Urgentes	256

Capítulo III

DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Extinção do Processo e Extinção de Fase Processual	257
--	------------

Art. 267	257
1. Sentença Terminativa	258
2. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito	258
3. Indeferimento da Petição Inicial ...	258
4. Negligência das Partes	258
5. Abandono de Causa	259
6. Pressupostos Processuais como Requisitos de Existência e Validade do Processo	259
7. Pressupostos Processuais como Condições para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	259
8. Pressupostos Processuais e Processo Justo	260
9. Pressupostos Processuais e Paridade de Armas	260
10. Condições da Ação	261
11. Aferição das Condições da Ação ...	261
12. Pressupostos Processuais, Condições da Ação e Conhecimento de Ofício e a Qualquer Tempo	261
13. Desistência da Ação	261
14. Intransmissibilidade da Ação	261
15. Confusão	262
16. Demais Casos	262

Art. 268	262
1. Nova Ação	262
2. Litispendência, Coisa Julgada Material, Perempção e Condições da Ação	262
3. Perempção	263
4. Prova do Pagamento das Despesas Processuais Anteriores	263

Art. 269	263
1. Sentença Definitiva	263
2. Julgamento de Mérito e Resolução de Mérito	263

3. Acolhimento ou Rejeição do Pedido	264
4. Reconhecimento Jurídico do Pedido	264
5. Transação	264
6. Decadência ou Prescrição	265
7. Renúncia ao Direito	265

TÍTULO VII

DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

Processo e Procedimento	266
-------------------------------	------------

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 270	266
1. Código Buzaid	266
2. Código Reformado	266
3. Procedimentos Especiais	266
Art. 271	267
Procedimento Comum	267
Art. 272	267
1. Procedimento Comum Ordinário ou Sumário	267
2. Procedimento Comum Sumário e Procedimentos Especiais	267
Art. 273	267
1. Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional Adequada e Efetiva	268
2. Tutela Antecipatória e Tutela Definitiva da Parcela Incontroversa ...	268
3. Tutela Antecipatória e Tutela Final	268
4. Tutela Antecipatória e Modalidades de Sentença	269
5. Tutela Antecipatória contra o Fundado Receio de Dano	269
6. Tutela Antecipatória contra o Abuso do Direito de Defesa ou contra o Manifesto Propósito Protelatório do Réu	269
7. Requerimento da Parte	270
8. Verossimilhança e Prova Inequívoca	270
9. Decisão	271
10. Fundamentação	272
11. Momento para Concessão	272
12. Irreversibilidade	273
13. Cumprimento	273

14. Revogação e Modificação	274
15. Reiteração do Pedido	275
16. Provisoriamente	275
17. Interinalidade	275
18. Responsabilidade	275
19. Fungibilidade	275
20. Tutela Antecipatória contra a Fazenda Pública	276
21. Tutela Definitiva da Parcela Incontroversa	278

Capítulo II

DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Art. 274	279
1. Código Buzaid	279
2. Código Reformado	279
3. Fases do Procedimento Comum Ordinário	279

Capítulo III

DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

1. Procedimento Sumário e Cognição Sumária	279
2. Fases do Procedimento Comum Sumário	280
3. Inobservância do Procedimento Comum Sumário	280
Art. 275	280
1. Procedimento Comum Sumário	280
2. Sessenta Salários Mínimos	281
3. Arrendamento Rural e Parceria Agrícola	281
4. Cobrança contra Condômino	281
5. Ressarcimento por Danos em Prédio	281
6. Ressarcimento por Danos Causados em Acidente de Veículo de Via Terrestre	282
7. Cobrança de Seguro Relativamente aos Danos Causados em Acidente de Veículo	282
8. Cobrança de Honorários dos Profissionais Liberais	282
9. Demais Casos	282
10. Ações Relativas ao Estado e à Capacidade das Pessoas	282
Art. 276	283
1. Requisitos da Petição Inicial	283

2. Rol de Testemunhas	283
3. Perícia e Quesitos	283
4. Assistente Técnico	283

Art. 277	284
1. Audiência Preliminar	284
2. Designação da Audiência	284
3. Citação do Réu	284
4. Citação da Ré Fazenda Pública	285
5. Intimação do Autor	285
6. Comparecimento das Partes	285
7. Conciliação	285
8. Saneamento do Feito	285
9. Prova Técnica de Maior Complexidade	285
10. Decisões em Audiência	286
Art. 278	286
1. Respostas do Réu	286
2. Forma e Momento	286
3. Contrapedido	286
4. Prova das Alegações	287
5. Prova Pericial	287
6. Oitiva do Autor	287
7. Audiência de Instrução e Julgamento	287

Art. 279	288
Documentação	288

Art. 280	288
1. Vedações	288
2. Ação Declaratória Incidental	288
3. Intervenção de Terceiros	288

Art. 281	288
1. Debates Oraís	288
2. Memoriais	289
3. Ausência de Oportunidade para Alegações Finais	289
4. Prazo para Apelação	289

TÍTULO VIII

DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Capítulo I

DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I

Dos requisitos da petição inicial

Art. 282	290
1. Petição Inicial	290

2. Retratação	305
3. Processamento	306
4. Urgência	306

Capítulo II DA RESPOSTA DO RÉU

Seção I Das disposições gerais

Art. 297	306
1. Respostas do Réu	306
2. Outras Atitudes do Réu	306
Art. 298	306
1. Pluralidade de Réus	307
2. Pluralidade de Executados, Impugnação e Embargos à Execução	307
3. Desistência	307
Art. 299	307
1. Peças Autônomas	307
2. Autos	308
3. Oferecimento Simultâneo	308

Seção II Da contestação

Art. 300	308
1. Contestação	308
2. Toda Matéria de Defesa	308
3. Defesas Processuais e Defesas Materiais	308
4. Especificação das Provas	308
Art. 301	308
1. Questões Prévias	309
2. Citação	309
3. Incompetência Absoluta	310
4. Inépcia	310
5. Perempção	310
6. Litispendência	310
7. Coisa Julgada	310
8. Conexão	310
9. Incapacidade Processual	311
10. Convenção de Arbitragem	311
11. Carência de Ação	311
12. Caução ou Prestação Preliminar	311
13. Tríplice Identidade	312
14. Relação Jurídica Base	312

15. Matéria de Ordem Pública	312
Art. 302	312
1. Impugnação Específica e Colaboração	312
2. Funções	313
3. Autor e Réu	313
4. Presunção de Veracidade e Confissão	313
5. Litisconsórcio	313
6. Exclusões Objetivas e Exclusões Subjetivas	313
7. Direitos Indisponíveis	314
8. Prova Substancial	314
9. Contradição em seu Conjunto	314
10. Advogado Dativo, Curador Especial, Ministério Público e Defensor Público	314
11. Tutela Definitiva da Parcela Incontroversa e Tutela Antecipada contra o Abuso do Direito de Defesa	314
Art. 303	315
1. Novas Alegações	315
2. Direito Superveniente	315
3. Ciência Superveniente de Fato Velho	315
4. Conhecimento de Ofício	315
5. Alegação a Qualquer Tempo	315

Seção III Das exceções

Art. 304	316
1. Exceção	316
2. Exceção de Incompetência	316
3. Exceção de Impedimento	316
4. Exceção de Suspeição	316
5. Legitimidade	316
Art. 305	317
1. Prazo	317
2. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição	317
3. Domicílio do Réu	317
Art. 306	317
1. Suspensão	317
2. Definitivamente Julgada	318

Subseção I
Da incompetência

Art. 307	318
Arguição	318
Art. 308	318
Procedimento	318
Art. 309	318
Audiência	318
Art. 310	319
Indeferimento	319
Art. 311	319
Julgamento	319

Subseção II
Do impedimento e da suspeição

Art. 312	319
Arguição	319
Art. 313	319
Procedimento	320
Art. 314	320
Julgamento	320

Seção IV
Da reconvenção

Art. 315	320
1. Reconvenção	320
2. Cabimento	321
3. Condições Gerais	321
4. Legitimidade para Causa	321
5. Interesse Processual	322
6. Condições Específicas	322
7. Conexão	322
8. Processo Pendente	322
9. Competência	322
10. Procedimento	322
11. Indeferimento	322
Art. 316	322
1. Intimação	322
2. <i>Reconventio Reconventionis</i>	323
3. Revelia	323
Art. 317	323
Autonomia	323

Art. 318	323
1. Julgamento	323
2. Despesas Processuais	323

Capítulo III
DA REVELIA

Art. 319	323
1. Revelia	323
2. Efeitos da Revelia	324
3. Efeito Material da Revelia	324
4. Efeito Material da Revelia e Igualdade Substancial	324
5. Advertência	324
Art. 320	324
1. Pluralidade de Réus	324
2. Direito Indisponível	325
3. Prova Substancial	325
Art. 321	325
1. Alteração Objetiva	325
2. Ação Declaratória Incidenta	325
Art. 322	326
1. Efeito Processual da Revelia	326
2. Atos Pessoais	326
3. Participação do Revel	326

Capítulo IV
DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

Art. 323	326
1. Providências Preliminares	327
2. Espécies	327

Seção I
Do efeito da revelia

Art. 324	327
Efeito Material da Revelia	327

Seção II
Da declaração incidente

Art. 325	327
Prazo para Ação Declaratória Incidenta	327

Seção III

Dos fatos impeditivos, modificativos
ou extintivos do pedido

Art. 326	328
1. Defesa Indireta de Mérito	328

2. Prova	328
3. Ônus de Impugnação Específica.....	328

Seção IV
Das alegações do réu

Art. 327	328
1. Alegações do Réu.....	328
2. Despacho Saneador	329
Art. 328	329
Prosseguimento do Feito.....	329

Capítulo V
DO JULGAMENTO CONFORME
O ESTADO DO PROCESSO

Julgamento Conforme o Estado do Pro- cesso	329
---	-----

Seção I
Da extinção do processo

Art. 329	329
1. Extinção do Processo e Extinção de Fase Processual	329
2. Recurso.....	330

Seção II
Do julgamento antecipado da lide

1. Julgamento Imediato do Pedido....	330
2. Total ou Parcial.....	330
3. Julgamento Imediato e Tutela An- tecipatória.....	330
Art. 330	330
1. Cabimento.....	330
2. Julgamento Imediato e Ônus da Prova	330
3. Direito Fundamental à Prova e Jul- gamento Imediato.....	331

Seção III
Da audiência preliminar

Art. 331	331
1. Audiência Preliminar.....	332
2. Facultatividade	332
3. Designação	332
4. Conciliação.....	332
5. Organização Retrospectiva	332

6. Questões de Ordem Pública	333
7. Organização Prospectiva.....	333

Capítulo VI
DAS PROVAS

1. Prova	333
2. Prova e Direito Probatório	333
3. Direito Fundamental à Prova no Processo Civil	333

Seção I
Das disposições gerais

Art. 332	333
1. Prova e Verdade	333
2. Prova Típica e Prova Atípica	334
3. Prova Ilícita	334
4. Prova Ilícita por Contaminação	334
5. Prova Emprestada. A Prova Em- prestada é Admissível no Processo Civil desde que Observadas as suas Condicionantes	335

Art. 333	335
1. Ônus da Prova	335
2. Dupla Finalidade.....	335
3. Como Regra de Instrução	336
4. Como Regra de Julgamento.....	336
5. Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica.....	336
6. Condicionantes Materiais da Dis- tribuição Dinâmica	337
7. Condicionantes Processuais da Dis- tribuição Dinâmica	337
8. Inversão do Ônus da Prova.....	337
9. Convenção sobre o Ônus da Prova	338

Art. 334	339
1. Independência de Prova	339
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar .	339
3. Fato Notório.....	340
4. Prova da Notoriedade	340
5. Fato Confessado	340
6. Fatos Incontroversos.....	340
7. Presunção Legal.....	340

Art. 335	341
1. Máximas de Experiência.....	341
2. Regras de Experiência Comum....	341
3. Regras de Experiência Técnica.....	341

Art. 351	355	Art. 359	361
Direitos Indisponíveis	355	1. Decisão.....	361
Art. 352	355	2. Não Exibição.....	361
1. Anulação	355	Art. 360	361
2. Causas	355	1. Ação de Exibição	361
3. Anulatória	356	2. Exibição de Ofício	362
4. Rescisória	356	3. Sentença.....	362
5. Legitimidade	356	Art. 361	362
Art. 353	356	Defesa.....	362
1. Confissão Extrajudicial.....	356	Art. 362	362
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita	356	1. Recusa à Exibição	362
3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral	356	2. Responsabilidade Penal	363
4. Terceiro ou sem Direção Específica	357	Art. 363	363
5. Prova Literal	357	1. Escusas	363
Art. 354	357	2. Família	363
1. Indivisibilidade.....	357	3. Honra.....	363
2. Simples ou Complexa	357	4. Perigo de Ação Penal	363
3. Divisibilidade	357	5. Sigilo	364
4. Faculdade	357	6. Motivos Graves	364
		7. Exibição Parcial	364
		Seção V	
		Da prova documental	
Seção IV		1. Prova Documental e Conceito de Documento.....	364
Da exibição de documento ou coisa		2. Prova Documental e Prova Documentada.....	364
Âmbito	358	3. Prova Documental e Prova Escrita.....	364
Art. 355	358		
1. Exibição.....	358	Subseção I	
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória	358	Da força probante dos documentos	
3. Busca e Apreensão	358	Art. 364	364
4. Documento ou Coisa.....	359	1. Documento Público.....	365
Art. 356	359	2. Fatos.....	365
1. Pedido	359	Art. 365	365
2. Individualização	359	1. Mesma Eficácia	366
3. Finalidade.....	359	2. Preservação.....	366
4. Circunstâncias	359	3. Juntada	366
Art. 357	360	Art. 366	366
1. Intimação	360	1. Prova Substancial.....	366
2. Resposta	360	2. Local da Realização do Ato.....	366
3. Prova	360	3. Lei ou Negócio Jurídico	366
Art. 358	360	Art. 367	367
Recusa	360	1. Documento Público Irregular	367

2. Atribuição de Eficácia de Documento Particular	367	Art. 376	372
3. Exigência de Prova Substancial.....	367	1. Declaração Contrária.....	372
Art. 368	367	2. Documento Não Assinado.....	372
1. Documento Particular	367	3. Carta e Registro Doméstico.....	372
2. Autoria Intelectual e Autoria Material	367	4. Informalidade.....	372
3. Presunção	368	5. Título	372
4. Prova da Ciência e Prova do Fato ..	368	6. Conhecimento de Fatos	372
5. Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos.....	368	Art. 377	373
Art. 369	368	Nota Escrita.....	373
1. Autenticidade e Veracidade.....	368	Art. 378	373
2. Reconhecimento de Firma.....	368	1. Livros Comerciais.....	373
3. Presunção de Autenticidade.....	369	2. Contra o seu Autor e Sucessores....	373
4. Documento Particular Autenticado	369	3. Presunção	373
5. Documento Particular Não Autenticado.....	369	Art. 379	373
Art. 370	369	1. Livros Comerciais Regulares.....	373
1. Data	369	2. Entre Empresários.....	374
2. Dúvida.....	369	3. Entre Empresário e Não Empresário.....	374
Art. 371	369	4. Presunção	374
1. Autoria e Subscrição.....	369	Art. 380	374
2. Autoria e Ausência de Subscrição ..	370	1. Indivisibilidade.....	374
Art. 372	370	2. Divisibilidade	374
1. Incidente de Verificação.....	370	3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis	374
2. Legitimidade	370	Art. 381	374
3. Prazo	370	1. Sigilo Empresarial	375
4. Manifestação	370	2. Exibição Integral de Escritos Comerciais	375
5. Erro, Dolo ou Coação	370	3. Não Exibição.....	375
6. Decisão.....	370	4. Terceiro	375
Art. 373	371	Art. 382	375
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	371	1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais	375
2. Indivisibilidade.....	371	2. Terceiro	376
Art. 374	371	Art. 383	376
1. Transmissão de Informações.....	371	1. Reprodução Mecânica	376
2. Assinatura	371	2. Cópia.....	376
3. Reconhecimento de Firma.....	371	3. Conformidade.....	376
Art. 375	371	4. Impugnação.....	377
1. Conforme com o Original.....	371	Art. 384	377
2. Terceiro	371	1. Cópia.....	377
		2. Dúvida.....	377
		Art. 385	377
		1. Valor Probante das Cópias	377

2. Impugnação.....	377	Art. 392	383
3. Fotografia.....	378	1. Intimação.....	383
4. Jornal.....	378	2. Resposta.....	383
5. Fotografia Digital.....	378	3. Prova.....	383
Art. 386	378	4. Documento Original.....	383
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou CANCELAMENTO.....	378	5. Concordância e Desentranhamento.....	383
2. Ponto Substancial.....	378	Art. 393	383
3. Ressalva.....	378	1. Depois de Encerrada a Instrução ..	384
4. Alteração Maliciosa.....	379	2. Perante o Tribunal.....	384
Art. 387	379	Art. 394	384
1. Cessação de Eficácia.....	379	1. Suspensão do Processo.....	384
2. Falsidade Material.....	379	2. Momento.....	384
3. Formação de Documento Não Verdadeiro.....	379	Art. 395	384
4. Alteração de Documento Verdadeiro.....	379	1. Decisão.....	384
Art. 388	379	2. Coisa Julgada.....	384
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular.....	380	3. Despesas Processuais.....	385
2. Assinatura.....	380		
3. Documento em Branco.....	380	<i>Subseção III</i>	
4. Abuso no Preenchimento.....	380	<i>Da produção da prova documental</i>	
Art. 389	380	Art. 396	385
1. Falsidade de Documento.....	380	1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis.....	385
2. Contestação de Assinatura.....	380	2. Preclusão.....	385
3. Documento Assinado em Branco...	380	3. Justa Causa.....	386
		4. Poder de Terceiro.....	386
<i>Subseção II</i>		Art. 397	386
<i>Da arguição de falsidade</i>		1. Documentos Novos.....	386
Art. 390	381	2. Outras Hipóteses.....	386
1. Declaração de Falsidade.....	381	3. Preclusão.....	386
2. Incidente Processual e Processo Incidental.....	381	Art. 398	386
3. Objeto.....	381	1. Contraditório.....	386
4. Cabimento.....	382	2. Invalidade.....	387
5. Legitimidade.....	382	Art. 399	387
6. Prazo.....	382	1. Requisição.....	387
7. Preclusão.....	382	2. Requisitos.....	387
Art. 391	382	3. Momento.....	388
1. Ação Incidental.....	382	4. Descumprimento.....	388
2. Petição.....	382	5. Certidões e Reproduções Fotográficas.....	388
3. Antes ou Depois de Encerrada a Instrução.....	383	6. Meio Eletrônico.....	388

Seção IV

Da prova testemunhal

*Subseção I**Da admissibilidade e do valor da prova testemunhal*

Art. 400	388
1. Prova Testemunhal	388
2. Objeto	388
3. Admissibilidade.....	389
4. Prova Documental ou Confissão...	389
5. Prova Substancial ou Prova Pericial.....	389
6. Modo Diverso	389
Art. 401	389
1. Existência do Contrato	390
2. Efeitos, Peculiaridades e Adimplemento	390
3. Terceiros.....	390
Art. 402	390
1. Começo de Prova Escrita	390
2. Impossibilidade Material ou Moral	391
Art. 403	391
Pagamento e Remissão da Dívida.....	391
Art. 404	391
1. Simulação e Vícios do Consentimento	391
2. Parte Inocente	392
3. Vontade Real e Vontade Declarada	392
Art. 405	392
1. Restrições ao Depoimento Pessoal	392
2. Menor de Dezesesseis Anos.....	392
3. Cônjuge, Ascendente e Descendente	393
4. Interesse Público e Estado da Pessoa	393
5. Advogado	393
6. Informante	393
7. Valoração.....	393
Art. 406	393
1. Isenção do Dever de Depor.....	394
2. Possibilidade de Depor	394

*Subseção II**Da produção da prova testemunhal*

Art. 407	394
1. Dupla Finalidade.....	394
2. Indicação	394
3. Prazo	395
4. Número de Testemunhas	395
5. Dispensa	395
6. Audiência Adiada e Audiência Desdobrada.....	395
Art. 408	396
1. Substituição.....	396
2. Casos.....	396
Art. 409	396
Juiz da Causa como Testemunha	396
Art. 410	396
1. Imediação.....	397
2. Exceções.....	397
Art. 411	397
1. Residência, ou onde Exercem a sua Função.....	397
2. Procedimento	397
Art. 412	398
1. Intimação	398
2. Não Comparecimento	398
3. Funcionário Público ou Militar.....	398
Art. 413	398
Inquirição	399
Art. 414	399
1. Qualificação	399
2. Contradita	399
3. Procedimento	399
4. Escusa.....	400
Art. 415	400
Compromisso	400
Art. 416	400
Modo de Interrogar	400
Art. 417	400
Documentação.....	401
Art. 418	401
1. Testemunha Referida.....	401

2. Acareação	401	Art. 427	407
Art. 419	401	Dispensa	407
1. Despesas	402	Art. 428	407
2. Serviço Público	402	1. Perícia Solicitada por Carta	407
Seção VII		2. Escusa, Recusa e Substituição	407
Da prova pericial		Art. 429	408
Art. 420	402	1. Desempenho de sua Função	408
1. Prova Pericial	402	2. Instrução do Laudo	408
2. Exame, Vistoria e Avaliação	402	3. Terceiro	408
3. Cabimento	402	Arts. 430 e 431 (Revogados)	408
4. Conhecimento Técnico Especializado	402	Art. 431	408
5. Outras Provas	402	Art. 431-A	408
6. Verificação Impraticável	403	1. Ciência	408
7. Submissão à Perícia	403	2. Ineficácia	408
Art. 421	403	Art. 431-B	409
1. Nomeação	403	1. Perícia Complexa	409
2. Prazo para Entrega do Laudo	404	2. Peritos e Assistentes Técnicos	409
3. Assistente Técnico e Quesitos	404	Art. 432	409
4. Inquirição do Perito e dos Assistentes Técnicos	404	Prorrogação	409
5. Honorários Periciais	404	Art. 433	409
Art. 422	405	1. Prazo de Espera	409
1. Independentemente de Termo de Compromisso	405	2. Intimação	410
2. Confiança da Parte	405	Art. 434	410
Art. 423	405	1. Estabelecimentos Oficiais Especializados	410
1. Escusa	405	2. Autenticidade da Letra e Firma	410
2. Recusa	405	Art. 435	411
3. Novo Perito	405	1. Pedido de Esclarecimentos	411
Art. 424	405	2. Prazo Mínimo	411
1. Substituição	405	Art. 436	411
2. Comunicação	406	1. Valoração da Prova Pericial	411
Art. 425	406	2. Formação do Convencimento Judicial	412
1. Quesitos Suplementares	406	Art. 437	412
2. Contraditório	406	1. Segunda Perícia	412
3. Indeferimento	406	2. Novo Perito	412
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos	406	3. Pronunciamento Judicial	412
Art. 426	407	4. Segundo Parecer Técnico	412
1. Quesitos Impertinentes	407	Art. 438	412
2. Quesitos Necessários	407	Objeto e Objetivo	412

Art. 439	412
1. Mesmas Disposições.....	412
2. Não Substituição	413

Seção VIII
Da inspeção judicial

Art. 440	413
1. Inspeção Judicial.....	413
2. Objeto	413

Art. 441	413
Inspeção Direta e Inspeção Indireta	413

Art. 442	413
1. Local	414
2. Contraditório	414

Art. 443	414
Auto de Inspeção	414

Capítulo VII
DA AUDIÊNCIA

1. Audiências	414
2. Audiência de Instrução e Julgamento	414

Seção I
Das disposições gerais

Art. 444	414
1. Publicidade.....	414
2. Segredo de Justiça.....	415

Art. 445	415
Poder de Polícia.....	415

Art. 446	415
Direção dos Trabalhos.....	415

Seção II
Da conciliação

Art. 447	415
Conciliação em Audiência	415

Art. 448	416
Termo de Conciliação	416

Art. 449	416
Título Executivo	416

Seção III

Da instrução e julgamento

Art. 450	416
1. Início	416
2. Recurso.....	416

Art. 451	416
Fixação de Pontos Controvertidos.....	416

Art. 452	416
1. Ordem de Produção da Prova.....	417
2. Prova Oral	417
3. Inobservância	417

Art. 453	417
1. Adiamento	417
2. Dispensa de Prova.....	417
3. Indeferimento.....	417

Art. 454	418
1. Debates Oraís.....	418
2. Memoriais	418

Art. 455	418
1. Una e Contínua	418
2. Prosseguimento	418

Art. 456	419
1. Prazo Impróprio	419
2. Prolação de Sentença	419

Art. 457	419
Termo de Audiência.....	419

Capítulo VIII

DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I

Dos requisitos e dos efeitos da sentença	
Eficácia e Efeitos da Sentença.....	419

Art. 458	420
1. Forma da Sentença	420
2. Relatório.....	420

3. Fundamentação	420
4. Fundamentação em Caso de Colisão de Princípios e de Superação de Regras.....	421

5. Fundamentação em Normas com Textura Aberta: Conceitos Jurídicos Indeterminados e Cláusulas Gerais.....	421
---	-----

6. Dispositivo	422	20. Beneficiário da Multa	432
Art. 459	422	21. Momento a Partir do qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do qual Pode Ser Executada	432
1. Acolhimento ou Rejeição do Pedido	422	22. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa	433
2. Sem Resolução de Mérito	422	23. Poder Executivo e Medidas Necessárias	433
3. Pedido Certo e Sentença Ilíquida..	423	24. Prisão Civil. STF	433
Art. 460	423	25. Prisão Civil	434
1. Sentença conforme ao Pedido	423	26. Controle do Poder Executivo do Juiz	435
2. Mitigação	423	27. Quebra da Congruência entre o Pedido e a Sentença	435
3. Sentença Certa e Relação Condicional	424	28. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento.....	436
Art. 461	425	29. Defesa do Demandado	436
1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	425	30. Tutela pelo Equivalente Monetário	436
2. Tutela Específica e Poder de Utilizar a Técnica Processual Adequada.....	426	31. Momento para Requerer a Conversão	437
3. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito	426	32. Cumulação da Indenização com a Multa.....	437
4. Ação Inibitória e Ação Cautelar....	426	Art. 461-A	438
5. Tutela Ressarcitória na Forma Específica	427	1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	438
6. Tutela Específica do Adimplemento	427	2. Tutela do Adimplemento da Obrigação Contratual de Entregar Coisa Móvel	438
7. Ilícito, Dano e Inadimplemento como Pressupostos da Tutela Específica	427	3. Tutela do Adimplemento da Obrigação de Entregar Coisa Móvel e Tutela de Imissão na Posse de Coisa Móvel	438
8. Tutela Específica, Resultado Prático Equivalente e Tutela pelo Equivalente Monetário	428	4. Tutela na Forma Específica mediante Entrega de Coisa em Substituição à Defeituosa	439
9. Tutela Positiva e Tutela Negativa ..	428	5. Tutela de Imissão na Posse	439
10. Tutela Antecipada e Tutela Final...	429	6. Tutela Reivindicatória	439
11. Receio de Ineficácia do Provimento Final	429	7. Tutela de Reintegração de Posse....	439
12. Abuso de Defesa e Parcela Incontroversa	430	8. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no Art. 461-A, CPC	440
13. Sentença Mandamental e Sentença Executiva	430	9. Comodato e Ação Fundada no Art. 461-A, CPC	440
14. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	430	10. <i>Leasing</i> e Ação Fundada no Art. 461-A, CPC	440
15. Cabimento da Multa	431	11. Tutela Ressarcitória na Forma Específica mediante a Entrega de Coisa	440
16. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública. Imposição contra a Pessoa Jurídica e contra o Agente Público	431	12. Tutela Antecipada e Tutela Final...	440
17. Multa de Ofício ou a Requerimento	431		
18. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	432		
19. Adequação do Valor da Multa.....	432		

13. Abuso de Defesa e Parcela Incontroversa	441	4. Tutela Antecipada.....	446
14. Sentença Mandamental e Sentença Executiva.....	441	5. Consequências da Sentença e Nova Situação.....	447
15. Individualização da Coisa	441	Art. 466-B	447
16. Instante da Individualização	441	1. Pré-contrato e Contrato Definitivo.....	447
17. Impugnação da Individualização da Coisa	441	2. Sendo isso Possível e Não Excluído pelo Título	447
18. Localização da Coisa	441	3. Impossibilidade	447
19. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias.....	441	4. Exclusão pelo Título	447
20. Busca e Apreensão e Imissão na Posse.....	441	5. Validade, Eficácia e Registro	447
21. Adequação das Medidas Executivas.....	442	6. Prévia Interpelação	448
22. Súmula 500, STF.....	442	7. Consequências da Sentença e Contrato Definitivo.....	448
23. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública	442	Art. 466-C	448
24. Controle do Poder Executivo do Juiz	442	1. Sinalagma.....	448
25. Direito de Retenção.....	442	2. Sentença de Improcedência	448
26. Defesa do Demandado	443		
27. Tutela pelo Equivalente Monetário.....	443	Seção II	
28. Perdas e Danos e Valor da Multa...	443	Da coisa julgada	
Art. 462	443	Coisa Julgada, Segurança Jurídica e Estado Constitucional	448
1. Fato Superveniente.....	443	Art. 467	449
2. Instâncias Ordinárias.....	444	1. Eficácia e Autoridade da Sentença.....	449
Art. 463	444	2. Coisa Julgada e Preclusão.....	449
1. Preclusão Consumativa para o Juiz	444	3. Trânsito em Julgado	449
2. Inexatidões Materiais e Erros de Cálculo	444	4. Eficácia da Coisa Julgada	449
3. Embargos de Declaração	445	Art. 468	450
Arts. 464 e 465 (Revogados)	445	1. Lide Social e Lide Processual.....	450
Art. 466	445	2. Lide Processual e Interpretação conforme a Constituição.....	450
1. Hipoteca Judiciária	445	3. Limites Objetivos da Coisa Julgada.....	450
2. Sentença Não Autossuficiente	445	Art. 469	451
3. Registro	446	Não Fazem Coisa Julgada	451
Art. 466-A	446	Art. 470	451
1. Emissão de Declaração de Vontade.....	446	Questão Prejudicial e Coisa Julgada	451
2. Sentença Executiva <i>Lato Sensu</i>	446	Art. 471	451
3. Momento de Eficácia	446	1. Limites Temporais da Coisa Julgada.....	451
		2. Decisão sobre a Mesma Lide.....	451
		3. Relação Jurídica Continuativa.....	452
		4. Demais Casos	452
		5. Nova Ação	452

Art. 472	452	6. Contador do Juízo	460
1. Limites Subjetivos da Coisa Julgada.....	452	7. Intimação do Credor.....	460
2. Causas Relativas ao Estado de Pessoa	453	8. Discordância.....	460
3. Coisa Julgada e Obrigação Solidária	453	Art. 475-C	460
Art. 473	453	1. Liquidação por Arbitramento	460
1. Preclusão	453	2. Regras da Perícia.....	461
2. Ordem Pública	454	Art. 475-D	461
Art. 474	454	1. Requerimento.....	461
1. Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada.....	454	2. Nomeação	461
2. Alegações e Defesas	454	3. Contraditório	461
Art. 475	454	4. Laudo	461
1. Reexame Necessário	455	5. Audiência	461
2. Sentença Contrária.....	455	6. Decisão.....	461
3. Acolhimento Total ou Parcial de Embargos	455	Art. 475-E	462
4. Demais Casos	455	1. Liquidação por Artigos.....	462
5. Procedimento	456	2. Fato Novo.....	462
6. Dispensa de Reexame Necessário..	456	Art. 475-F	462
7. Julgamento no Tribunal	456	Procedimento Comum Ordinário.....	462
Capítulo IX			
DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA			
1. Liquidação de Sentença no Código Buzaid	456	Art. 475-G	462
2. Liquidação de Sentença no Código Reformado	456	1. Fidelidade ao Título.....	463
3. Formas de Liquidação.....	457	2. Autorização Legal	463
4. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal.....	457	3. Liquidação Zero	463
Art. 475-A	457	Art. 475-H	463
1. Liquidação da Obrigação.....	458	1. Decisão da Liquidação.....	463
2. Valor Devido	458	2. Coisa Julgada.....	464
3. Requerimento.....	458	Capítulo X	
4. Intimação	458	DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	
5. Pendência de Recurso	458	1. Processo de Execução no Código Buzaid	464
6. Procedimento Comum Sumário ...	459	2. Cumprimento da Sentença no Código Reformado.....	464
Art. 475-B	459	Art. 475-I	464
1. Liquidação por Cálculos	459	1. Cumprimento da Sentença	464
2. Memória do Cálculo.....	459	2. Sentenças Autossuficientes	465
3. Dados Existentes	459	3. Sentenças Não Autossuficientes ...	465
4. Justificativa.....	460	4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada.....	465
5. Presunção de Correção dos Cálculos.....	460	5. Multa Coercitiva e Pagamento de Quantia	465
		6. Execução de Decisão Definitiva e Execução de Decisão Provisória....	466
		7. Parte Líquida e Parte Ilíquida	466

Art. 475-J	467	3. Relevantes Fundamentos	487
1. Pagamento Voluntário	467	4. Manifestamente Suscetível	487
2. Prazo para Pagamento Voluntário	467	5. Grave Dano de Difícil ou Incerta Reparação	487
3. Intimação para Pagamento	468	6. Penhora, Depósito ou Caução Su- ficientes	488
4. Multa Punitiva.....	468	7. Decisão	488
5. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória.....	468	8. Suspensão Total e Suspensão Par- cial	488
6. Pagamento Parcial	469	9. Modulações do Efeito Suspensi- vo.....	488
7. Requerimento para Execução	469	10. Próprios Autos ou Autos Aparta- dos.....	488
8. Penhora <i>on Line</i>	469	11. Prosseguimento da Execução	488
9. Preferência da Penhora <i>on Lines</i> sobre Todas as Outras Formas de Penhora. Desnecessidade do Exaurimento das Outras Vias de Penhora	470	12. Procedimento	489
10. Admissão da Execução	470	13. Decisão Final.....	489
11. Cabimento de Honorários de Ad- vogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada ...	470	14. Apelação e Agravo de Instrumento..	489
12. Intimação do Executado	470	15. Embargos Infringentes	489
13. Ausência de Requerimento para Execução	471	16. Coisa Julgada e Preclusão.....	490
Art. 475-L	471	Art. 475-N	490
1. Defesa do Executado	471	1. Títulos Executivos Judiciais	490
2. Impugnação.....	471	2. Sentenças que Dependem de Cum- primento.....	490
3. Legitimidade	472	3. Sentença Declaratória e Execução Forçada.....	491
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo	472	4. Sentença Penal Condenatória	491
5. Matérias	472	5. Sentença Homologatória	491
6. Inexistência ou Invalidez da Cita- ção	473	6. Sentença Arbitral.....	492
7. Inexigibilidade do Título	473	7. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente.....	492
8. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea.....	473	8. Sentença Estrangeira	492
9. Ilegitimidade das Partes	473	9. Formal e Certidão de Partilha	492
10. Excesso de Execução.....	474	10. Ordem de Citação	492
11. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superve- niente à Sentença	474	Art. 475-O	492
12. Inexigibilidade da Obrigação e Con- trole de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	475	1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória.....	493
13. Exceção de Pré-executividade	486	2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pen- dência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo.....	494
14. Embargos à Adjudicação, à Aliena- ção ou à Arrematação.....	486	3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo	494
Art. 475-M	486	4. Regime	494
1. Recebimento e Rejeição.....	486	5. Iniciativa, Conta e Responsabilidade do Demandante	494
2. Efeito Suspensivo	487	6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano.....	494

7. Caução Suficiente e Idônea.....	495
8. Dispensa de Caução.....	496
9. Instrução do Requerimento	496
10. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (Arts. 475-J e 475-O, CPC).....	496
Art. 475-P	497
Competência	497
Art. 475-Q	497
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos.....	498
2. Constituição de Capital	498
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real.....	498
4. Condições Econômicas.....	498
5. Salário Mínimo	498
6. Cessaçao da Obrigação	499
Art. 475-R	499
Aplicação Subsidiária.....	499

TÍTULO IX DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS

Capítulo I DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Art. 476	500
Uniformização de Jurisprudência.....	500
Art. 477	500
1. Divergência	500
2. Procedimento	500
Art. 478	501
1. Julgamento	501
2. Interpretação a ser Observada	501
3. Vinculação do Órgão Jurisdicional Suscitante	501
Art. 479	501
Objeto de Súmula	501

Capítulo II DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

1. Controle de Constitucionalidade no Estado Constitucional Brasileiro ..	501
---	-----

2. Controle Difuso de Constitucionalidade	502
3. Decisão da Questão Constitucional pelo Órgão Fracionário. Nulidade	502
Art. 480	502
1. Decisão de Submissão da Questão Constitucional ao Plenário ou ao Órgão Especial.....	502
2. Interpretação de Acordo com a Constituição e Controle da Constitucionalidade	502
Art. 481	503
1. Admissão.....	503
2. Rejeição.....	503
3. Vinculação ao Órgão Fracionário ..	503
4. Impossibilidade do Plenário do Órgão Especial Rejulgar a Questão de Constitucionalidade	503
Art. 482	503
1. Procedimento	504
2. Direito à Manifestação e à Sustentação Oral	504
3. Decisão por Maioria Absoluta	504
4. Irrecorribilidade da Decisão	504
5. Decisão e Retomada do Julgamento no Órgão Fracionário.....	505

Capítulo III DA HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

Art. 483	505
1. Homologação de Sentença Estrangeira.....	505
2. Direito à Homologação	505
3. Requisitos.....	505
4. Procedimento	506
5. Concorrência entre Jurisdição Nacional e Jurisdição Estrangeira	506
Art. 484	507
1. Sentença Estrangeira Dependente de Cumprimento	507
2. Procedimento	507

Capítulo IV DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 485	507
1. Ação Rescisória	507

2. Ação Rescisória, Ação Anulatória de Ato das Partes no Processo e <i>Querela Nullitatis Insanabilis</i>	507	6. Depósito.....	517
3. Sentença de Mérito Transitada em Julgado	508	7. Dispensa.....	517
4. Cabimento.....	508	8. Inconstitucionalidade da Dispensa do Depósito	517
5. Prevaricação, Concussão ou Corrupção.....	508	Art. 489	517
6. Impedimento ou Incompetência... ..	509	1. Não Impede o Cumprimento.....	517
7. Dolo Processual	509	2. Concessão de Tutela Cautelar ou Tutela Antecipatória	518
8. Colusão entre as Partes	509	3. A Fluência Regular da Execução da Decisão Rescindenda não Acarreta Fundado Receio de Dano.....	518
9. Coisa Julgada	509	4. A Propositura de Ação Rescisória não Autoriza o Juízo <i>A Quo</i> a Suspender a Execução	518
10. Violação de Literal Disposição de Lei.....	510	Art. 490	518
11. Questão Constitucional e Súmula 343, STF.....	510	1. Indeferimento.....	519
12. Violação Literal da Lei e Revalorização de Prova	511	2. Recurso.....	519
13. Prova Falsa.....	511	Art. 491	519
14. Documento Novo	511	1. Citação	519
15. Reconhecimento Jurídico do Pedido, Renúncia ao Direito ou Transação	511	2. Prazo para Resposta	519
16. Erro de Fato.....	512	3. Resposta do Réu	519
17. Erro de Fato e Erro Material.....	512	4. Revelia.....	519
18. Ação Rescisória e Honorários Advocatícios Oriundos do Acórdão Rescindendo.....	513	5. Ônus de Impugnação Específica... ..	519
Art. 486	513	6. Procedimento	519
1. Ação Anulatória de Ato das Partes no Processo	513	Art. 492	520
2. Objeto	513	1. Instrução	520
3. Fundamentos.....	513	2. Instrução e Juízos Rescindente e Rescisório	520
4. Prazo	514	3. Prazo para a Devolução dos Autos	520
5. Competência	514	Art. 493	520
6. Procedimento	514	1. Razões Finais.....	520
7. Efeitos	514	2. Ministério Público.....	521
Art. 487	514	3. Desnecessidade de Razões Finais.. ..	521
1. Legitimidade Ativa.....	514	4. Julgamento	521
2. Legitimidade Passiva	515	Art. 494	521
Art. 488	515	1. Procedência da Rescisória e Dever de Novo Julgamento	521
1. Petição Inicial	515	2. Da Votação nos Juízos Rescindente e Rescisório.....	521
2. Competência	515	3. Várias Causas de Pedir e Definição do Resultado do Julgamento	522
3. Valor da Causa.....	516	4. Empate e Limites do Voto do Presidente	522
4. Cumulação dos Pedidos Rescindente e Rescisório.....	516	5. Inadmissibilidade	522
5. Tomada dos Votos nos Juízos Rescindente e Rescisório	516	6. Improcedência.....	522

7. Multa.....	522
8. Recursos	523
Art. 495	523
1. Direito à Rescisão da Coisa Julgada.....	523
2. Trânsito em Julgado.....	523
3. Inadmissibilidade Recursal e Trânsito em Julgado	523
4. Súmula 401, STJ. Início do Prazo Decadencial.....	524

TÍTULO X DOS RECURSOS

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso.....	525
2. Sucedâneos Recursais	525
3. Duplo Grau de Jurisdição	525
4. Taxatividade	525
5. Unirrecorribilidade	525
6. Fungibilidade	525
7. Consumação.....	526
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	526
9. Requisitos Intrínsecos.....	527
10. Cabimento.....	527
11. Interesse Recursal	527
12. Legitimidade para Recorrer	527
13. Inexistência de Fato Extintivo.....	527
14. Requisitos Extrínsecos.....	527
15. Tempestividade	527
16. Regularidade Formal	528
17. Inexistência de Fato Impeditivo	528
18. Preparo	528
19. Juízo de Admissibilidade e Conhecimento de Ofício	528
20. Efeitos	528
21. Devolutivo.....	528
22. Translativo.....	528
23. Suspensivo.....	529
24. Expansivo.....	529
25. Obstativo.....	529
26. Substitutivo	529
Art. 496	529
Taxatividade.....	530

Art. 497	530
1. Não Impedem a Execução da Sentença	530
2. Medida Cautelar para Suspender a Eficácia da Decisão Recorrida.....	530
3. Medida Cautelar e Recurso ainda Não Interposto ou Pendente de Admissão na Origem	531
4. Competência para Concessão de Medida Cautelar para Suspensão de Decisão Recorível ou Recorrida Pendente de Admissão na Origem	531
5. Medida Cautelar e Recurso Admitido na Origem	532
6. Medida Cautelar e Recurso Não admitido na Origem	532
7. Não Obsta o Andamento do Processo	533
8. Efeito Suspensivo a Agravo de Instrumento.....	533
9. Embargos Infringentes e Manutenção da Situação Preexistente	533
10. Embargos de Declaração	533
Art. 498	533
1. Embargos Infringentes	534
2. Prazo para Recurso Extraordinário e para Recurso Especial.....	534
3. Desistência dos Embargos Infringentes, Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	534
Art. 499	535
1. Parte Vencida.....	535
2. Terceiro Prejudicado.....	535
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	536
4. Ministério Público.....	536
Art. 500	536
1. Recurso Adesivo	537
2. Admissibilidade.....	537
3. Subordinação.....	537
4. Taxatividade	537
5. Interposição.....	537
6. Mesmas Regras.....	538
Art. 501	538
1. Desistência do Recurso	538
2. Desistência do Recurso e Litisconsórcio	538

3. Desistência do Recurso, Repercussão Geral e Recursos Repetitivos.....	539
4. Recursos Repetitivos. Orientação STJ.....	539
Art. 502	539
1. Renúncia ao Recurso	539
2. Renúncia ao Recurso e Litisconsórcio.....	539
Art. 503	540
1. Aceitação da Decisão	540
2. Expressa ou Tácita	540
3. Depósito do Valor da Condenação e Multa de 10% (Dez por Cento) ..	540
4. Aceitação da Decisão e Litisconsórcio.....	540
Art. 504	540
1. Irrecorribilidade dos Despachos....	540
2. Casuística	541
Art. 505	541
Impugnação no Todo ou em Parte.....	541
Art. 506	541
1. Fluência e Contagem de Prazo Recursal	542
2. Local de Protocolo.....	542
Art. 507	542
Interrupção de Prazo.....	542
Art. 508	542
1. Prazos Recursais	542
2. Outros Prazos Recursais	543
3. Prova de Prorrogação de Prazo.....	543
4. Fac-símile.....	543
Art. 509	543
1. Litisconsórcio Unitário	543
2. Solidariedade.....	544
Art. 510	544
Baixa dos Autos	544
Art. 511	544
1. Preparo	545
2. Dispensa.....	545
3. Deserção.....	545
Art. 512	545
No que Tiver Sido Objeto de Recurso ...	545

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 513	546
1. Cabimento.....	546
2. Fundamentos.....	546
Art. 514	547
Forma da Apelação	547
Art. 515	547
1. Efeito Devolutivo	547
2. Efeito Translativo	548
3. Causa Madura	548
4. Vícios Sanáveis	548
Art. 516	549
Questões Anteriores à Sentença	549
Art. 517	549
1. Questões de Fato	549
2. Prova Nova	549
Art. 518	550
1. Recebimento	550
2. Súmula Impeditiva de Recurso.....	550
3. Não Recebimento da Apelação com Base em Súmula Impeditiva de Recurso	551
4. Contrarrazões	551
5. Não Recebimento da Apelação ou Equívoco quanto aos Efeitos.....	551
Art. 519	551
1. Justo Impedimento	551
2. Irrecorrível.....	551
Art. 520	551
1. Efeitos	552
2. Cumprimento Imediato da Sentença	552
3. Prestação de Alimentos.....	552
4. Processo Cautelar	553
5. Embargos à Execução	553
6. Confirmação da Antecipação dos Efeitos da Tutela	553
7. Possibilidade de Outorga de Efeito Suspensivo	554
8. Tutela Antecipatória Recusal Autônoma. Outorga de Efeito Suspensivo a Recurso a ser Interposto ou já Interposto e Pendente de Remessa	

para o Tribunal Competente para sua Apreciação	554	6. Resposta	564
Art. 521	555	7. Ministério Público	564
1. Proibição de Inovar	555	8. Decisão do Relator	564
2. Cumprimento Imediato da Sentença	555	9. Mandado de Segurança	564
Capítulo II DO AGRAVO		Art. 528	565
Art. 522	555	Dia para Julgamento	565
1. Agravo	555	Art. 529	565
2. Agravo Retido	555	1. Reforma da Decisão Recorrida	565
3. Agravo de Instrumento	556	2. Colisão entre Julgados	565
4. Lesão Grave e de Difícil Reparação	556	Capítulo IV DOS EMBARGOS INFRINGENTES	
5. Regularidade Procedimental	556	Art. 530	566
6. Apelação	557	1. Embargos Infringentes	566
7. Expressamente Previstos em Lei	557	2. Cabimento	566
Art. 523	557	3. Matéria Objeto de Divergência	567
1. Interposição	557	4. Fundamentação	567
2. Contraditório	557	5. Prazo	567
3. Retratação	558	6. Esgotamento da Instância	568
4. Requerimento	558	Art. 531	568
5. Preliminarmente	558	1. Contrarrazões	568
6. Audiência de Instrução e Julgamento	558	2. Admissibilidade	568
Art. 524	558	Art. 532	568
Forma do Agravo de Instrumento	559	Agravo	568
Art. 525	559	Art. 533	568
1. Instrumento do Agravo	559	Processo e Julgamento	568
2. Peças Obrigatórias	559	Art. 534	568
3. Peças Facultativas	560	1. Possível	568
4. Peças Obrigatórias, Peças Facultativas e Conhecimento do Agravo	560	2. Relator	569
5. Preparo	560	Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
6. Interposição	560	Art. 535	569
Art. 526	561	1. Embargos de Declaração	569
1. Juntada	561	2. Obscuridade	569
2. Inadmissibilidade	561	3. Contradição	569
Art. 527	561	4. Omissão	569
1. Negativa de Seguimento	562	5. Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes	570
2. Conversão	563	Art. 536	570
3. Atribuição de Efeito Suspensivo	563	1. Prazo	570
4. Antecipação da Tutela Recursal	563	2. Petição Escrita	570
5. Informações	564	3. Juiz ou Relator	571

4. Preparo	571	2. Causa Constitucional e Causa Federal.....	576
Art. 537	571	3. Embargos de Declaração e Prequestionamento da Causa Constitucional.....	577
1. Contrarrazões	571	4. Embargos de Declaração e Prequestionamento da Causa Federal	577
2. Julgamento	571	5. Causas Decididas em Única ou Última Instância	578
Art. 538	571	6. Cabimento de Recurso Extraordinário	579
1. Interrupção de Prazo	571	7. Cabimento de Recurso Especial....	579
2. Manifestamente Protelatórios.....	572	8. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Direito Probatório.....	580
3. Depósito do Valor Respetivo	572	9. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Juizados Especiais	580
Capítulo VI		Art. 541	580
DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		1. Demonstração de Cabimento	580
Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.....		2. Razões	581
	573	3. Demonstração Analítica da Divergência	581
Seção I		4. Divergência Jurisprudencial e Orientação Firmada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça	581
Dos recursos ordinários		5. Prova da Divergência	581
Art. 539	573	Art. 542	581
1. Recurso Ordinário	573	1. Interposição. Protocolo Descentralizado	582
2. Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal	574	2. Contrarrazões	582
3. Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça	574	3. Admissibilidade na Origem. Decisão Fundamentada.....	582
4. Agravo.....	575	4. Efeito Devolutivo	583
Art. 540	575	5. Efeito Translativo. Matérias de Ordem Pública	583
1. Admissibilidade, Procedimento e Efeitos	575	6. Ausência de Efeito Suspensivo Outorga de Efeito Suspensivo.....	583
2. Inadmissibilidade na Instância <i>A Quo</i> e na Instância <i>Ad Quem</i> de Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal.....	575	7. Recurso Extraordinário e Recurso Especial Retidos	583
3. Inadmissibilidade na Instância <i>A Quo</i> e na Instância <i>Ad Quem</i> do Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.....	575	8. Destrancamento de Recurso Retido	584
4. Processamento no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.....	576	9. Reiteração.....	585
Seção II		Art. 543	585
Do recurso extraordinário e do recurso especial		1. Interposição Simultânea	585
1. Recurso Extraordinário e Recurso Especial	576	2. Inversão da Ordem. Prejudicialidade do Recurso Extraordinário.....	585

Art. 572	615
Condição ou Termo	615
Art. 573	616
1. Cumulação de Execuções.....	616
2. Tríplice Identidade	616
Art. 574	616
1. Responsabilidade do Exequente ...	616
2. Pagamento em Dobro ou Pelo Equivalente da Dívida	616
3. Apuração dos Danos.....	617

Capítulo II DA COMPETÊNCIA

Art. 575	617
1. Competência Execução de Título Judicial.....	617
2. Tribunais Superiores.....	617
3. Juízo da Fase de Conhecimento ...	617
4. Execução de Alimentos.....	618
5. Sentença Penal Condenatória.....	618
6. Sentença Arbitral.....	618
7. Sentença Estrangeira	618
Art. 576	618
Competência para Execução de Título Extrajudicial	618
Art. 577	618
Atos Executivos	619
Art. 578	619
1. Competência para Execução Fiscal..	619
2. Foro Competente	619
Art. 579	619
Força Policial	619

Capítulo III DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I

Do inadimplemento do devedor

Art. 580	620
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível.....	620
2. Nulidade da Execução	620

Art. 581	620
1. Adimplemento	620
2. Inadimplemento.....	620
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato	621
Art. 582	621
1. Sinalagma	621
2. Satisfação.....	621
3. Exoneração	621
4. Despesas Processuais	621

Seção II Do título executivo

Arts. 583 e 584 (Revogados)	622
Art. 585	622
1. Títulos Executivos Extrajudiciais..	622
2. Títulos de Crédito	623
3. Escritura Pública ou outro Documento Público Assinado pelo Devedor. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos Advogados dos Transatores..	623
4. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese e Caução.....	624
5. Contratos de Seguro de Vida	624
6. Crédito de Foro e Laudêmio	624
7. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios.....	625
8. Crédito de Auxiliares da Justiça	625
9. Certidão de Dívida Ativa	625
10. Demais Títulos	625
11. Propositura de Ação não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução	625
12. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro	625
Art. 586	626
Execução para Cobrança de Crédito	626
Art. 587	626
1. Regime da Execução de Título Extrajudicial.....	626

2. Alcance da Atividade Executiva.....	626	2. Mesmos Autos.....	633
3. Requerimento para Cessação do Regime da Execução da Decisão Provisória.....	626	Art. 596	633
Arts. 588 a 590 (Revogados)	627	1. Bens Particulares dos Sócios	633
Capítulo IV		2. Redirecionamento	633
DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL		3. Formas Sociais.....	633
Art. 591	627	4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	633
1. Responsabilidade Patrimonial	627	5. Responsabilidade Tributária	634
2. Processualidade	627	6. Mesmos Autos.....	634
3. Âmbito de Aplicação	627	Art. 597	634
Art. 592	628	Espólio	634
1. <i>Schuld e Haftung</i>	628	Capítulo V	
2. Sequela	628	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
3. Sócio.....	628	Art. 598	634
4. Em Poder de Terceiros	628	Subsidiariedade.....	634
5. Cônjuge.....	629	Art. 599	635
6. Intimação do Cônjuge	629	Poderes do Juiz.....	635
7. Em Fraude à Execução.....	629	Art. 600	635
8. Intimação do Terceiro.....	629	Ato atentatório à Dignidade da Justiça.....	635
9. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem	629	Art. 601	636
Art. 593	630	1. Multa Sancionatória.....	636
1. Fraude à Execução	630	2. Sem Prejuízo de Outras Sanções...	636
2. Litispêndência	630	3. Proveito do Exequente.....	636
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência	630	4. Exigível na Própria Execução.....	636
4. Desnecessidade de Prova do <i>Consilium Fraudis</i>	630	5. Direito à Relevação da Pena.....	636
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé	631	Art. 602 (Revogado)	637
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores	631	Capítulo VI	
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Constrito.....	632	DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA	
Art. 594	632	Arts. 603 a 611 (Revogados)	637
1. Penhora sobre a Coisa Retida.....	632	TÍTULO II	
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	632	DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	
3. Nova Penhora.....	632	Técnicas Processuais Executivas	638
Art. 595	632	Capítulo I	
1. Benefício de Ordem.....	632	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	
		Art. 612	638
		1. Interesse do Exequente	638

2. Ausência de Escolha	650	Arts. 639 a 641 (<i>Revogados</i>)	654
Art. 630	650	Seção II	
1. Impugnação	650	Da obrigação de não fazer	
2. Decisão	650	Art. 642	654
Art. 631	651	1. Imposição de Não Fazer e Imposição	
Execução para Entrega de Coisa Certa..	651	de Desfazer	655
Capítulo III		2. Imposição de Não Fazer	655
DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES		3. Imposição de Desfazer	655
DE FAZER E DE NÃO FAZER		4. Urgência em Desfazer	655
Seção I		Art. 643	655
Da obrigação de fazer		1. Desfazimento à Custa do Executa-	
Fazer Fungível e Fazer Infungível	651	do	655
Art. 632	651	2. Conversão da Tutela Específica em	
1. Prazo para Satisfazê-la	651	Tutela pelo Equivalente Monetá-	
2. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	651	rio	656
3. Embargos à Execução	651	Seção III	
Art. 633	651	Das disposições comuns	
1. Executada à Custa do Devedor	652	às seções precedentes	
2. Urgência na Realização da Presta-		Art. 644	656
ção	652	Aplicação Subsidiária	656
3. Perdas e Danos	652	Art. 645	656
4. Cláusula Penal	652	1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	656
Art. 634	652	2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa	
1. Realização por Terceiro	652	Progressiva	656
2. Aprovação da Proposta	652	3. Data a Partir da qual Será Devida..	657
Art. 635	653	4. Possibilidade de Revisão do Valor	
1. Prestado o Fato	653	da Multa	657
2. Prosseguimento da Execução pela		Capítulo IV	
Quantia Adiantada	653	DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	
Art. 636	653	CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	
1. Ausência de Prestação ou Prestação		Seção I	
Incompleta ou Defeituosa	653	Da penhora, da avaliação	
2. Oitiva do Terceiro	653	e da expropriação de bens	
3. Decisão	654	Subseção I	
Art. 637	654	Das disposições gerais	
Preferência do Exequente	654	Art. 646	657
Art. 638	654	Execução por Quantia Certa	657
1. Fazer Infungível	654	Art. 647	658
2. Conversão da Tutela Específica em		1. Expropriação	658
Tutela pelo Equivalente Monetá-		2. Preferência	658
rio	654		

Art. 648	658	1. Honorários de Advogado	664
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	658	2. Redução da Verba Honorária	665
2. Tipicidade	658	3. Aplicação ao Cumprimento de Sen- tença Condenatória	665
3. Disponibilidade	658	Art. 653	665
Art. 649	659	1. Pré-penhora	665
1. Impenhorabilidade	660	2. Três Vezes em Dias Distintos.....	665
2. Honorários de Profissional Liberal	660	Art. 654	665
3. Comissões de Leiloeiro	660	1. Citação por Edital	665
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão	660	2. Conversão Automática	665
5. Pequena Propriedade Rural	660	3. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Pe- nhora	666
6. Quotas Sociais	660	Art. 655	666
7. Bem de Família.....	660	1. Ordem Preferencial	666
8. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem	661	2. Ações e Quotas de Sociedades Em- presárias.....	667
9. Crédito Alimentar	661	3. Percentual do Faturamento de Em- presa Executada	667
Art. 650	661	4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado.....	667
Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens ..	661	5. Outros Direitos	667
Art. 651	661	6. Execução de Crédito com Garantia Hipotecária, Pignoratícia ou Anti- crética	667
1. Remição da Execução	662	7. Cômputo do Executado.....	667
2. Remição da Execução Fiscal	662	Art. 655-A	668
3. Legitimidade	662	1. Penhora Eletrônica	668
4. Termo Final.....	662	2. Bacenjud.....	669
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação.....	662	3. Dever de se Cadastrar junto ao Ba- cenjud.....	669
		4. Penhora Eletrônica e Direito à In- timidade	669
		5. Impenhorabilidade	670
		6. Percentual de Faturamento	670
		7. Partido Político	670
		8. Multa Sancionatória	670
		9. Tutela Inibitória e Tutela de Remo- ção do Ilícito	670
		Art. 655-B	671
		1. Bem Indivisível.....	671
		2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível.....	671
		Art. 656	671
		1. Substituição da Penhora	671
Art. 652	662		
1. Citação	662		
2. Decisão que Determina a Citação ..	663		
3. Litisconsórcio Passivo.....	663		
4. Penhora e Avaliação.....	663		
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente.....	663		
6. Indicação de Bens à Penhora pelo Executado.....	663		
7. Intimação	664		
8. Adição aos Embargos por Realização Superveniente da Penhora	664		
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica	664		
Art. 652-A	664		

Subseção II

Da citação do devedor e da indicação de bens

2. Dever do Executado	672	Art. 668	679
3. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro	672	1. Substituição do Bem Penhorado ...	679
4. Anuência do Cônjuge	672	2. Ônus do Executado	679
Art. 657	672	3. Contraditório	679
1. Oitiva da Parte Contrária	673	Art. 669 (Revogado)	680
2. Decisão de Plano	673	Art. 670	680
Art. 658	673	1. Alienação Antecipada	680
1. Execução por Carta	673	2. Contraditório	680
2. Embargos à Execução por Carta ...	673	3. Decisão	680
<i>Subseção III</i>		<i>Subseção IV</i>	
<i>Da penhora e do depósito</i>		<i>Da penhora de créditos</i>	
<i>e de outros direitos patrimoniais</i>			
Art. 659	673	Art. 671	680
1. Tantos Bens Quantos Bastem	674	Penhora de Crédito	680
2. Onde quer que se Encontrem os Bens	674	Art. 672	680
3. Realização da Penhora	674	1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito	681
4. Presunção Absoluta de Conhecimento por Terceiros	674	2. Pagamento do Terceiro	681
5. Penhora de Imóveis	674	3. Conluio entre o Executado e o Terceiro	681
6. Não Realização da Penhora	675	Art. 673	681
Art. 660	675	1. Sub-rogação ou Alienação	681
1. Ordem de Arrombamento	675	2. Prosseguimento na Execução	681
2. Tutela Penal	675	3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade	681
Art. 661	675	Art. 674	682
Auto Circunstanciado	675	Penhora sobre Direito Litigioso	682
Art. 662	675	Art. 675	682
Força Policial	675	Juros, Rendimentos e Prestações	682
Art. 663	675	Art. 676	682
Auto de Resistência	675	Penhora sobre Direito a Coisa	682
Art. 664	676	<i>Subseção V</i>	
Penhora e Depósito	676	<i>Da penhora, do depósito</i>	
Art. 665	676	<i>e da administração de empresa e de outros estabelecimentos</i>	
Requisitos	676	Art. 677	683
Art. 666	676	1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifícios em Construção	683
1. Depositário	677	2. Depositário-administrador	683
2. Preferencialmente Depositados ...	677	3. Excepcionalidade	683
3. Direitos e Deveres do Depositário	677		
4. Prisão Civil	677		
Art. 667	678		
1. Segunda Penhora	678		
2. Adição aos Embargos por Realização de Segunda Penhora	679		

Art. 678	684	8. Questões Decididas	689
1. Penhora sobre Empresa mediante Concessão ou Autorização	684	Art. 685-B	689
2. Ausência de Intimação do Poder Público	684	1. Auto de Adjudicação	690
Art. 679	684	2. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega	690
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave ..	684		
2. Depositário.....	684		
		<i>Subseção VI-B</i>	
		<i>Da alienação por iniciativa particular</i>	
<i>Subseção VI</i>		Art. 685-C	690
<i>Da avaliação</i>		1. Alienação por Iniciativa Particular	690
Art. 680	685	2. Momento	690
1. Avaliação	685	3. Alienação Particular de Ofício	691
2. Avaliador	685	4. Preço	691
3. Contraditório. Possibilidade de No- meação de Assistente Técnico	685	5. Controle Judicial.....	691
4. Avaliação Errônea.....	685	6. Termo de Alienação	691
Art. 681	686	7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega.....	691
Laudo de Avaliação.....	686	8. Questões Decididas	691
Art. 682	686	9. Provimentos dos Tribunais.....	691
Avaliação Regular	686		
Art. 683	686	<i>Subseção VII</i>	
1. Nova Avaliação	686	<i>Da alienação em hasta pública</i>	
2. Hipóteses.....	687	Art. 686	692
Art. 684	687	1. Alienação Judicial	692
Desnecessidade	687	2. Edital de Hasta Pública	692
Art. 685	687	3. Local	692
1. Requerimento do Interessado e Oi- tiva da Parte Contrária	687	4. Dispensa de Publicação de Editais	693
2. Adequação da Penhora	687	Art. 687	693
3. Início dos Atos de Expropriação ...	688	1. Fixação e Publicação de Editais	693
		2. Cientificação do Executado	693
		3. Intimação do Senhorio Direto, Cre- dor com Garantia Real ou com Pe- nhora Anteriormente Averbada...	694
		4. Intimação do Exequente	694
<i>Subseção VI-A</i>		Art. 688	694
<i>Da adjudicação</i>		1. Transferência	694
Art. 685-A	688	2. Responsabilidade	694
1. Adjudicação	688	Art. 689	694
2. Adjudicação e Dação em Pagamen- to	688	Prosseguimento	694
3. Momento	688	Art. 689-A	695
4. Legitimados	689	1. Alienação por Meio da Rede Mun- dial de Computadores.....	695
5. Preferência.....	689	2. Regulamentação	695
6. Preço	689		
7. Crédito Inferior e Crédito Super- rior.....	689		

Art. 690	695	2. Imissão na Posse	701
1. Arrematação	695	Art. 704	702
2. Prestações	695	Formas de Alienação Judicial	702
3. Decisão	696	Art. 705	702
Art. 690-A	696	Comissão de Leiloeiro	702
Legitimidade	696	Art. 706	702
Art. 691	696	Indicação	702
Diversos Bens	696	Art. 707	702
Art. 692	696	1. Auto de Arrematação	702
1. Preço Vil	697	2. Ordem de Entrega	703
2. Satisfação do Exequente	697		
Art. 693	697	Seção II	
1. Auto de Arrematação	697	Do pagamento ao credor	
2. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega	697	<i>Subseção I</i>	
Art. 694	698	<i>Das disposições gerais</i>	
1. Perfeita, Acabada e Irretratável	698	Art. 708	703
2. Ineficácia da Arrematação	698	Pagamento	703
3. Decisão	699		
4. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação	699	<i>Subseção II</i>	
5. Prazo para Oposição de Embargos à Arrematação	699	<i>Da entrega do dinheiro</i>	
Art. 695	699	Art. 709	703
Inadimplemento	699	1. Entrega do Dinheiro	703
Art. 696	699	2. Credor	703
Fiador	699	Art. 710	704
Art. 697 (Revogado)	699	Devedor	704
Art. 698	699	Art. 711	704
Intimação do Senhorio Direto, do Credor com Garantia Real e com Penhora Anteriormente Averbada	700	1. Concurso Singular de Credores	704
Arts. 699 e 700 (Revogados)	700	2. Preferência	704
Art. 701	700	3. Execução e Penhora	705
1. Imóvel de Incapaz	700	Art. 712	705
2. Pretendente	700	Cognição	705
Art. 702	701	Art. 713	705
1. Cômoda Divisão	701	Decisão	705
2. Ausência de Lançador	701		
Art. 703	701	<i>Subseção III</i>	
1. Carta de Arrematação	701	<i>Da adjudicação de imóvel</i>	
		Arts. 714 e 715 (Revogados)	706
		<i>Subseção IV</i>	
		<i>Do usufruto de móvel ou imóvel</i>	
		Art. 716	706
		1. Usufruto de Móvel ou Imóvel	706
		2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito	706

Art. 717	706
Perda do Gozo	706
Art. 718	706
Eficácia do Usufruto	706
Art. 719	707
Administrador	707
Art. 720	707
Quinhão do Condômino.....	707
Art. 721	707
Legitimidade	707
Art. 722	707
1. Tempo Necessário	707
2. Decisão.....	708
Art. 723	708
Pagamento.....	708
Art. 724	708
1. Locação	708
2. Extinção do Usufruto.....	708
3. Decisão.....	708
Arts. 725 a 729 (Revogados)	709
Seção III	
Da execução contra a	
Fazenda Pública	
Art. 730	709
1. Execução contra a Fazenda Pública	709
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública.....	709
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial.....	709
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória.....	710
5. Citação para Oposição de Embargos	710
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	710
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo...	710

8. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal.....	711
9. Precatário	711
10. Precatário Alimentar	711
11. Débitos de Natureza Alimentícia..	712
12. Precatário Complementar	712
13. Ausência de Pagamento de Precatário. Intervenção Federal. Intervenção Estadual.....	712
14. Crédito de Pequeno Valor. Requisição de Pagamento.....	712
Art. 731	713
Preferência e Sequestro	713

Capítulo V

DA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA

Art. 732	713
1. Alimentos.....	714
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos ...	714
3. Título Executivo.....	715
4. Expropriação	715
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos.....	715
Art. 733	715
1. Citação do Executado	715
2. Prisão Civil.....	716
3. Prazo	716
Art. 734	717
1. Desconto em Folha	717
2. Dever de Terceiros	717
3. Desconto em Renda.....	717
Art. 735	717
Alimentos Provisionais	717

TÍTULO III DOS EMBARGOS DO DEVEDOR

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 736	718
1. Embargos do Executado.....	718
2. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	718

3. Distribuição, Apensamento e Ins- trução	718
4. Outras Formas de Oposição à Exe- cução	718
5. Exceção de Pré-executividade	718
6. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	719
Art. 737 (Revogado)	719
Art. 738	719
1. Prazo	720
2. Mais de um Executado	720
3. Cônjuges	720
4. Execuções por Carta Precatória	720
Art. 739	720
1. Rejeição Liminar dos Embargos ...	720
2. Direito à Emenda	721
3. Improcedência Liminar	721
4. Recurso Cabível	721
Art. 739-A	721
1. Não Terão Efeito Suspensivo	722
2. Atribuição de Efeito Suspensivo ...	722
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação	722
4. Prévia e Suficiente Garantia da Exe- cução	723
5. Modulação do Efeito Suspensivo ..	723
6. Alcance do Efeito Suspensivo	723
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspen- sivo	723
8. Recurso Cabível	723
9. Excesso de Execução	724
Art. 739-B	724
Litigância de Má-Fé	724
Art. 740	724
1. Resposta do Embargado	724
2. Revelia do Embargado	724
3. Julgamento Imediato ou Audiên- cia	725
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação	725
5. Embargos Manifestamente Prote- latórios	726
6. Honorários Advocatícios	726
7. Honorários Advocatícios e Execução contra Fazenda Pública	726

Capítulo II

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO
CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 741	726
1. Cognição nos Embargos	727
2. Inexistência ou Invalidez da Cita- ção	727
3. Inexigibilidade do Título	727
4. Ilegitimidade das Partes	727
5. Cumulação Indevida de Execu- ções	727
6. Excesso de Execução	728
7. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superve- niente à Sentença	728
8. Incompetência do Juízo da Execução, Suspeição ou Impedimento	729
9. Inexigibilidade da Obrigação e Con- trole de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	729
Art. 742	740
1. Exceção de Incompetência do Juízo, Suspeição ou Impedimento	740
2. Ausência de Efeito Suspensivo	740
Art. 743	741
1. Excesso de Execução	741
2. Quantia Superior à do Título	741

Capítulo III

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 744 (Revogado)	741
Art. 745	741
1. Cognição nos Embargos	742
2. Nulidade da Execução	742
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	742
4. Adição aos Embargos por Realização Superveniente da Penhora	742
5. Excesso de Execução	743
6. Cumulação Indevida de Execu- ções	743
7. Retenção por Benfeitorias	743
8. Qualquer Matéria	744
9. Embargos de Retenção por Benfei- torias e Compensação	744
10. Embargos de Retenção por Benfei- torias e Imissão na Posse	744

Art. 745-A	744
1. Parcelamento	744
2. Pressupostos Legais	745
3. Deferimento ou Indeferimento.....	745
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	745
Art. 746	746
1. Embargos à Adjudicação, Alienação ou Arrematação	746
2. Cognição nos Embargos	746
3. Embargos Manifestamente Protelatórios.....	746

Capítulo IV

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO POR CARTA

Art. 747	747
Embargos à Execução por Carta	747

TÍTULO IV

DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

1. Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente.....	748
2. Insolvência Civil e Insolvência Empresarial	748
3. Fases do Procedimento de Insolvência Civil	748

Capítulo I

DA INSOLVÊNCIA

Art. 748	748
1. Insolvência.....	748
2. Ausência de Bens	748
3. Participação do Ministério Público.....	749
Art. 749	749
1. Litisconsórcio Passivo.....	749
2. Embargos de Terceiro	749
Art. 750	749
Insolvência Presumida	749
Art. 751	749
1. Efeitos da Decretação de Insolvência.....	749
2. Vencimento Antecipado	750

3. Arrecadação de Bens.....	750
4. Concurso Universal	750
Art. 752	750
1. Perda do Direito de Administração e de Disposição de Patrimônio.....	750
2. Atos Praticados pelo Insolvente antes da Decretação de Insolvência	750
3. Atos Praticados pelo Insolvente depois da Decretação de Insolvência.....	751
Art. 753	751
Legitimidade Ativa	751

Capítulo II

DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO CREDOR

Art. 754	751
Título Executivo	751
Art. 755	751
1. Citação	751
2. Embargos	752
Art. 756	752
Cognição nos Embargos	752
Art. 757	752
1. Depósito.....	752
2. Embargos	752
Art. 758	752
1. Procedimento	752
2. Decisão.....	752

Capítulo III

DA INSOLVÊNCIA REQUERIDA PELO DEVEDOR OU PELO SEU ESPÓLIO

Art. 759	753
Insolvência Voluntária.....	753
Art. 760	753
Petição Inicial	753

Capítulo IV

DA DECLARAÇÃO JUDICIAL DE INSOLVÊNCIA

Art. 761	753
Decretação de Insolvência.....	753

Art. 762	754
1. Concurso Universal	754
2. Hasta Pública já Designada.....	754
3. Lance pelo Administrador	754

Capítulo V
DAS ATRIBUIÇÕES
DO ADMINISTRADOR

Art. 763	754
Administrador	754

Art. 764	755
1. Investidura.....	755
2. Substituição e Destituição	755
3. Atuação do Administrador	755

Art. 765	755
Declaração de Crédito	755

Art. 766	755
1. Deveres do Administrador.....	755
2. Outros Deveres.....	756

Art. 767	756
Remuneração.....	756

Capítulo VI
DA VERIFICAÇÃO
E DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

Art. 768	756
1. Verificação dos Créditos	756
2. Preferências	756
3. Impugnações	756

Art. 769	757
1. Classificação dos Créditos	757
2. Créditos Extraconcursais	757

Art. 770	757
Porcentagem	757

Art. 771	757
1. Contraditório	757
2. Sentença.....	757

Art. 772	757
Impugnação.....	757

Art. 773	758
1. Expropriação	758
2. Pagamento.....	758

Capítulo VII
DO SALDO DEVEDOR

Art. 774	758
Saldo Devedor	758

Art. 775	758
Pagamento do Saldo	758

Art. 776	758
Arrecadação.....	758

Capítulo VIII
DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

Art. 777	759
Prescrição.....	759

Art. 778	759
Extinção das Obrigações.....	759

Art. 779	759
1. Declaração de Extinção das Obrigações.....	759
2. Edital.....	759

Art. 780	759
Oposição ao Pedido	759

Art. 781	760
1. Contraditório	760
2. Sentença.....	760

Art. 782	760
Habilitação para Todos os Atos da Vida Civil.....	760

Capítulo IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 783	760
1. Proposta de Pagamento	760
2. Manifestação dos Credores.....	760

Art. 784	760
1. Credor Retardatário.....	760
2. Reabertura do Processo de Insolvência	761

Art. 785	761
Pensão.....	761

Art. 786	761
Sociedade Civil	761

Art. 786-A	762
Filiais ou Representantes	762

TÍTULO V DA REMIÇÃO

Arts. 787 a 790 (Revogados)	763
--	-----

TÍTULO VI DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo I DA SUSPENSÃO

Art. 791	764
1. Suspensão da Execução	764
2. Embargos à Execução e Impugnação	764
3. Morte, Perda da Capacidade Processual, Convenção das Partes e Oposição de Exceção	764
4. Ausência de Bens Penhoráveis	764
Art. 792	765
Convenção das Partes	765
Art. 793	765
Atos Urgentes	765

Capítulo II DA EXTINÇÃO

Art. 794	765
1. Extinção da Execução	765
2. Entrega do Dinheiro	765
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo	766
4. Outras Hipóteses	766
Art. 795	766
Declaração por Sentença	766

LIVRO III DO PROCESSO CAUTELAR

1. Tutela Cautelar	767
2. Tutela Cautelar e Processo Cautelar	767
3. Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória	767

4. A Rebelião da Prática contra o Processo Civil Tradicional. Arts. 798, 273 e 461, CPC	767
5. Tutela Cautelar e Tutela Inibitória	768
6. Tutela Cautelar e Tutela de Remoção do Ilícito	768

TÍTULO ÚNICO DAS MEDIDAS CAUTELARES

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 796	769
1. Sentidos da Instrumentalidade da Tutela Cautelar e da Dependência do Procedimento Cautelar	769
2. Desnecessidade de Propositura de Ação Principal	770
3. Produção Antecipada de Provas e Desnecessidade de Propositura de Ação Principal	770
4. As Tutelas Provisionais do Art. 888, CPC, e Desnecessidade de Propositura de Ação Principal	770
Art. 797	771
1. Tutela Cautelar de Ofício nos Casos Expressamente Autorizados por Lei, assim como nos Casos Excepcionais	771
2. Tutela Cautelar de Ofício nos Casos Expressamente Autorizados por Lei	771
3. Tutela Cautelar de Ofício nos Casos Excepcionais	771
4. Tutela Cautelar de Ofício Antes e Depois de Proposta a Ação Principal	771
5. Necessidade de Imediata Comunicação da Parte Afetada pela Concessão de Tutela Cautelar de Ofício	772
Art. 798	772
1. Tutela Cautelar Inominada e Procedimentos Cautelares Específicos	772
2. Tutela Cautelar Inominada e Tutela Cautelar de Ofício	772
3. Tutela Cautelar Satisfativa	773
4. Tutela Preventiva mediante Ação Cautelar Inominada	773

5. Os Arts. 273, 461 e 461-A, CPC, e a Reconfiguração da Ação Cautelar Inominada	773	Exibição de Documentos e na Ação de Asseguração de Provas.....	778
6. Requerimento de Arresto através de Ação Cautelar Inominada	773	6. Valor da Causa	779
7. Ação Cautelar para Impedir a Alienação de Veículo com o Objetivo de Assegurar Tutela Ressarcitória	774	7. Citação do Réu	779
8. Protesto contra Alienação de Bens. Averbação no Registro de Imóveis	774	Art. 802	779
9. Quebra de <i>Affectio Societatis</i> . Nomeação de Administrador	774	1. Defesa do Demandado	779
10. Obtenção de Certidão Positiva de Débito Fiscal com Efeitos de Negativa	774	2. Defesa do Demandado em Notificação, Interpelação, Protesto e Produção Antecipada de Provas	780
11. Sustação de Protesto	774	3. Contagem de Prazo para Apresentação de Defesa	780
12. Tutela Antecipatória Recursal Autônoma. Outorga de Efeito Suspensivo a Recurso a Ser Interposto ou já Interposto e Pendente de Remessa para o Tribunal Competente para sua Apreciação	775	4. Prazo para Agravar contra a Decisão que Concede Liminar Cautelar	781
Art. 799	775	Art. 803	781
Técnicas Processuais para Efetivação de Tutela Cautelar Atípica.....	775	1. Presunção Derivada da Não Apresentação de Contestação	781
Art. 800	775	2. Exceções à Presunção de Probabilidade.....	781
1. Competência	776	3. Presunção de Probabilidade e Caso Concreto.....	781
2. Tutela Cautelar Requerida a Juiz Relativamente Incompetente	776	4. Necessidade de Produção de Prova e Audiência de Instrução e Julgamento	781
3. Exceção de Incompetência.....	776	Art. 804	782
4. Concessão de Tutela Cautelar e Acolhimento de Exceção de Incompetência	776	1. Tutela Cautelar antes da Oitiva do Réu. Restrição ao Direito de Defesa em nome da Efetividade do Direito de Ação. Balanceamento Realizado pela Norma. Constitucionalidade .	782
5. Tutela Cautelar Requerida a Juiz Absolutamente Incompetente.....	776	2. Justificação Prévia sem a Participação do Réu	782
6. Necessidade de Tutela Cautelar após a Interposição de Apelação	776	3. Justificação Prévia com a Participação do Réu	782
7. Produção Antecipada de Provas e Fixação de Competência.....	776	4. Conteúdo da Participação do Réu na Justificativa	783
Art. 801	777	5. Razão da Caução	783
1. Exposição Sumária do Direito Ameaçado e o Receio de Lesão	777	6. Formas de Prestação da Caução	783
2. Pedido, com suas Especificações ...	778	Art. 805	783
3. Fungibilidade da Tutela Cautelar ..	778	1. Fundamento da Substituição da Medida.....	783
4. Lide e seu Fundamento.....	778	2. Substituição por Caução ou por Outra Medida Menos Gravosa	783
5. Necessidade de Indicação da Lide e de seus Fundamentos na Ação de		3. Atuação de Ofício.....	783
		Art. 806	784
		1. Instrumentalidade da Tutela Cautelar	784

2. Momento em que é Aberto o Prazo para a Propositura da Ação Principal.....	784	Eficácia ou Sentença de Extinção do Processo Cautelar? Cabimento de Agravo de Instrumento ou de Apelação?	788
3. Exceção de Incompetência e Prazo para a Propositura da Ação Principal.....	784	4. Não Efetivação no Prazo de Trinta Dias	788
4. Não efetivação da Tutela Cautelar e Inexigibilidade da Ação Principal..	784	5. Não Efetivação por Fato Atribuível à Administração da Justiça ou à outra Parte	788
5. Efetivação de Várias Medidas Cautelares e Início do Prazo para a Propositura da Ação Principal	784	6. Tutela Cautelar Dependente de Várias Medidas. Efetivação Parcial....	788
6. Tutela Cautelar e Tutela Inibitória	785	7. Sentença de Procedência e Cessaçao da Eficácia da Tutela Cautelar	788
7. Tutela Cautelar e Tutela de Remoção do Ilícito	785	8. Sentença de Extinção do Processo sem Resolução do Mérito, Sentença de Improcedência e Cessaçao da Eficácia da Tutela Cautelar	789
8. Lógica da Prova diante da Distinção entre Tutela Cautelar e Tutela de Remoção do Ilícito.....	785	9. Repetição do Pedido de Tutela Cautelar	789
9. Produção Antecipada de Prova e Dispensa de Propositura da Ação Principal	786	10. Cessaçao da Eficácia e "Novo Fundamento" para a "Repetição" do Pedido	789
10. Excepcionalidade da Dispensa da Ação Principal em Caso de Tutela de Natureza Cautelar	786	Art. 809	790
Art. 807	786	Instrumentalidade da Tutela Cautelar e Técnica Procedimental	790
1. Revogação e Modificação da Medida Cautelar ainda que não Interposto Recurso de Agravo.....	786	Art. 810	790
2. Motivos que Permitem a Revogação e a Modificação.....	786	1. Indeferimento da Tutela Cautelar e Ajuizamento da Ação Principal	790
3. Manutenção da Eficácia da Tutela Cautelar quando Apresentada Exceção de Incompetência	787	2. Acolhimento de Alegação de Decadência ou de Prescrição no Processo Cautelar.....	790
4. Manutenção da Eficácia da Tutela Cautelar quando o Juiz que a Concedeu se Declara Incompetente.....	787	3. Ação Antecedente	790
5. Exceção de Incompetência e Prazo para Propositura da Ação Principal.....	787	4. Reconhecimento de Prescrição ou de Decadência e Impossibilidade de Propositura da Ação Principal.....	790
Art. 808	787	5. Não Acolhimento de Alegação de Prescrição ou de Decadência	791
1. Não Propositura da Ação Principal no Prazo de Trinta Dias	787	6. Inviabilidade de Declaração de Prescrição ou de Decadência de Direito do Réu	791
2. Não Propositura da Ação Principal. Extinção do Processo Cautelar ou apenas Cessaçao da Eficácia da Tutela Cautelar?.....	787	Art. 811	791
3. Não Propositura da Ação Principal. Decisão que Declara a Cessaçao da		1. Responsabilidade Objetiva do Demandante de Tutela Cautelar	791
		2. Responsabilidade Objetiva na Hipótese de Sentença Desfavorável no Processo Principal e Responsabilida-	

Art. 825	801	Art. 837	805
Compromisso	801	1. Reforço de Caução.....	805
Seção III			
Da Caução			
Art. 826	801	2. Caução Espontânea e Caução Forçada	805
1. Caução	801	3. Caução Real e Caução Fidejussória	806
2. Idoneidade.....	801	Art. 838	806
3. Cauções Autônomas e Cauções Incidentais.....	801	Sentença de Procedência.....	806
4. Cauções Reais e Cauções Fidejussórias	801	Seção IV	
Art. 827	802	Da busca e apreensão	
1. Espécies de Caução.....	802	Art. 839	806
2. Direito de Escolha	802	1. Busca e Apreensão	806
Art. 828	802	2. Localização.....	806
Interessado ou Terceiro	802	3. Pessoas, Coisas ou Direitos	806
Art. 829	802	4. Guarda da Empresa	806
Caução Espontânea	802	Art. 840	806
Art. 830	802	1. Petição Inicial	807
Caução Forçada	803	2. Procedimento	807
Art. 831	803	Art. 841	807
Procedimento	803	1. Justificação Prévia.....	807
Art. 832	803	2. Mandado de Busca e Apreensão ...	807
1. Reconhecimento Jurídico do Pedido	803	Art. 842	807
2. Julgamento Imediato do Pedido....	803	Cumprimento do Mandado.....	807
Art. 833	803	Art. 843	808
Audiência de Instrução e Julgamento ...	803	Auto Circunstanciado.....	808
Art. 834	803	Seção V	
1. Sentença de Procedência.....	804	Da exibição	
2. Apelação.....	804	Art. 844	808
Art. 835	804	1. Exibição.....	808
1. <i>Cautio pro Expensis</i>	804	2. Coisas Exibíveis.....	808
2. Constitucionalidade	804	3. Guarda de Terceiro	808
3. Demandante.....	804	4. Escrituração Comercial	808
4. Qualquer Espécie de Ação	805	5. Custo do Serviço.....	808
5. Momento	805	6. Despesas Processuais	809
6. Benefício da Gratuidade	805	7. Exibição Fundada em Pretensão Material.....	809
Art. 836	805	Art. 845	809
Dispensa de Caução às Despesas.....	805	1. Procedimento	809
		2. Desnecessidade de Propositura de Ação Principal	809

Seção VI

Da produção antecipada de provas

Art. 846	809
1. Asseguração de Prova.....	809
2. Interesse na Asseguração de Prova	810
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova.....	810
4. Prevenção	810
5. Interrupção da Prescrição.....	810
6. Interrogatório da Parte, Inquirição de Testemunhas e Exame Pericial..	810
7. Prova Oral	811
8. Prova Pericial.....	811
9. Dispensa de Propositura de Ação Principal	811
10. Honorários Advocatícios	812
Art. 847	812
1. Autonomia	812
2. Asseguração de Prova Oral	812
Art. 848	812
1. Petição Inicial	812
2. Liminar	812
3. Direito de Defesa.....	813
4. Audiência	813
Art. 849	813
Asseguração de Prova Pericial	813
Art. 850	813
Colheita da Prova Pericial	813
Art. 851	813
Certidões	813

Seção VII

Dos alimentos provisionais

Art. 852	813
1. Alimentos Provisionais.....	814
2. Cabimento.....	814
3. Separação	814
4. União Estável	814
5. Despesas Processuais	814
6. Dispensa de Propositura de Ação Principal.....	814
Art. 853	814
Competência	814

Art. 854	814
1. Petição Inicial.....	815
2. Liminar	815
3. Revogação da Liminar	815
4. Direito de Defesa.....	815
5. Audiência	815
6. Sentença	815
7. Recurso Pendente	815
8. Alimentos Fixados Liminarmente e Inexistência do Direito aos Alimentos.....	815
9. Execução do Direito aos Alimentos Provisionais	816

Seção VIII

Do arrolamento de bens

Art. 855	816
1. Arrolamento de Bens.....	816
2. Universalidade.....	817
Art. 856	817
1. Legitimidade Ativa.....	817
2. Credores	817
3. Legitimidade Passiva	817
Art. 857	817
Petição Inicial	817
Art. 858	817
1. Liminar	818
2. Justificação Prévia.....	818
3. Depositário.....	818
Art. 859	818
1. Auto de Depósito	818
2. Caução	818
Art. 860	818
1. Efetivação do Arrolamento.....	818
2. Direito de Defesa.....	819
3. Audiência	819
4. Sentença	819

Seção IX

Da justificação

Art. 861	819
1. Justificação	819
2. Autonomia	819
3. Prova Justificada	819
4. Petição Inicial.....	819

5. Competência	820	2. Certidões	824
Art. 862	820	Art. 873	824
1. Citação	820	Procedimento Comum	824
2. Finalidade	820		
Art. 863	820	Seção XI	
1. Inquirição de Testemunhas	820	Da homologação de penhor legal	
2. Juntada de Documentos	820	Art. 874	824
Art. 864	820	1. Homologação de Penhor Legal.....	825
Contraditório	820	2. Penhor Legal	825
Art. 865	821	3. Ato Contínuo	825
Defesa e Recurso	821	4. Petição Inicial	825
		5. Homologação de Plano.....	825
Art. 866	821	Art. 875	826
1. Sentença	821	1. Defesa	826
2. Certidões	821	2. Dívida Compreendida entre as Pre-	
		vistas em Lei	826
Seção X		3. Bens Sujeitos a Penhor Legal.....	826
Dos protestos, notificações e		Art. 876	826
interpelações		1. Sentença	826
Art. 867	821	2. Título Executivo	826
1. Protestos, Notificações e Interpe-			
lações	821	Seção XIII	
2. Manifestação de Vontade	822	Da posse em nome do nascituro	
3. Intimação	822	Art. 877	826
4. Dispensa de Propositura de Ação		1. Posse em Nome do Nascituro.....	827
Principal	822	2. Petição Inicial	827
Art. 868	822	3. Legitimidade Ativa.....	827
1. Petição Inicial	822	4. Legitimidade Passiva	827
2. Competência	822	5. Participação dos Demais Herdeiros.....	827
Art. 869	822	6. Procedimento	827
1. Legítimo Interesse	823	Art. 878	827
2. Prudência	823	1. Sentença	828
3. Indeferimento da Petição Inicial ...	823	2. Curador	828
Art. 870	823		
1. Intimação por Editais	823	Seção XIII	
2. Protesto contra Alienação de Bens		Do atentado	
3. Inadmissibilidade de Averbação em		Art. 879	828
Registro de Imóveis	824	1. Atentado	828
Art. 871	824	2. Inovação Ilegal.....	828
1. Defesa ou Contraprotesto	824	3. Tutela contra o Ilícito.....	828
2. Contraprotesto em Outro Proces-		4. Litispendência	829
so	824	Art. 880	829
Art. 872	824	1. Petição Inicial	829
1. Sentença	824		

2. Competência	829	2. Obras de Conservação em Coisa Litigiosa ou Judicialmente Apreendida.....	835
3. Liminar	829	3. Entrega de Bens de Uso Pessoal do Cônjuge e dos Filhos	835
4. Procedimento	830	4. Posse Provisória de Filhos.....	835
Art. 881	830	5. Afastamento de Menor Autorizado a Contrair Casamento contra a Vontade dos Pais.....	835
1. Sentença.....	830	6. Depósito de Menores ou Incapazes Castigados Imoderadamente por seus Pais, Tutores ou Curadores, ou por eles Induzidos à Prática de Atos Contrários à Lei ou à Moral.....	836
2. Técnicas Processuais para Tutela contra o Ilícito	830	7. Afastamento Temporário de um dos Cônjuges da Morada do Casal. Separação de Corpos	836
3. Técnicas Processuais para Tutela contra o Dano.....	831	8. Guarda e Educação dos Filhos, Regulado o Direito de Visita	836
4. Despesas Processuais	831	9. Interdição e Demolição de Prédio.	837
Seção XIV		Art. 889	837
Do protesto e da apreensão de títulos		1. Aplicação do Procedimento Cautelar	837
Art. 882	831	2. Urgência e Tutela sem a Oitiva do Demandado.....	837
1. Protesto de Títulos.....	831	LIVRO IV	
2. Apreensão de Títulos	831	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	
Art. 883	831	1. Procedimentos Especiais	839
1. Intimação	831	2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid	839
2. Procedimento	832	3. Procedimentos Especiais no Código Reformado	839
Art. 884	832	TÍTULO I	
1. Dúvidas	832	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	
2. Procedimento	832	Capítulo I	
3. Sentença	832	DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	
Art. 885	832	Art. 890	840
1. Apreensão de Títulos	832	1. Ação de Consignação em Pagamento	840
2. Petição Inicial	832	2. Direito Civil	840
3. Liminar	833	3. Locações.....	840
4. Direito de Defesa.....	833	4. Direito Tributário	840
5. Audiência	833		
6. Sentença.....	833		
7. Técnicas Processuais para Apreensão de Títulos.....	833		
8. Prisão Civil.....	833		
Art. 886	833		
Cessaçao da Prisão	833		
Art. 887	834		
Levantamento de Depósito.....	834		
Seção XV			
De outras medidas provisionais			
Art. 888	834		
1. Medidas Provisionais.....	834		

2. Petição Inicial da Ação de Anulação e Substituição	853
3. Citações.....	853
4. Intimações.....	853
Art. 909	853
1. Justificação	854
2. Indeferimento.....	854
Art. 910	854
1. Contestação.....	854
2. Procedimento Comum Ordinário.....	854
Art. 911	854
1. Sentença.....	854
2. Depósito.....	854
Art. 912	854
Destruição Parcial.....	855
Art. 913	855
Negociação em Bolsa ou Leilão Público.....	855

Capítulo IV DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 914	855
1. Ação de Prestação de Contas	855
2. Duplicidade.....	855
3. Dever de Prestar Contas	855
4. Quitação.....	855
5. Fases.....	856
6. Consórcio.....	856
7. Conta-Corrente.....	856
8. Cooperativa.....	856
9. Ex-Prefeito.....	856
10. Inventariante.....	856
11. Sócio-Gerente.....	857
Art. 915	857
1. Ação para Tomar Contas	857
2. Apresentação de Contas	857
3. Contestação.....	857
4. Contestação e Apresentação de Contas.....	857
5. Revelia.....	857
6. Procedimento	858
7. Sentença Primeira Fase.....	858
8. Contraditório sobre as Contas	858
9. Sentença Segunda Fase.....	858

10. Despesas Processuais	858
Art. 916	858
1. Ação para Dar Contas.....	858
2. Aceitação das Contas	859
3. Contestação.....	859
4. Contestação e Aceitação das Contas	859
5. Revelia.....	859
6. Procedimento	859
7. Sentença de Procedência.....	859
8. Despesas Processuais	859
Art. 917	859
1. Forma Mercantil.....	859
2. Documentos Justificativos	859
Art. 918	859
Título Executivo	859
Art. 919	860
Inadimplemento	860

Capítulo V DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I

Das disposições gerais

Art. 920	860
1. Ações Possessórias. Reintegração de Posse, Manutenção de Posse e Interdito Proibitório	860
2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse.....	861
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse	861
4. Fungibilidade entre as Tutelas Possessórias	862
Art. 921	862
1. Cumulação de Pedidos.....	862
2. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação	862
3. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse.....	862
4. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a sua Imposição	862

7. Ação de Usucapião e Ação de Despejo.....	880
Art. 942	881
1. Competência	881
2. Fundamento do Pedido.....	881
3. Pedido	881
4. Citação	881
5. Processo Justo. Observância dos Prazos.....	881
6. Valor da Causa.....	882
7. Planta do Imóvel.....	882
Art. 943	882
Fazenda Pública.....	882
Art. 944	883
Ministério Público.....	883
Art. 945	883
1. Sentença de Procedência.....	883
2. Despesas Processuais	883

Capítulo VIII

DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I

Das disposições gerais

Art. 946	883
1. Ação de Demarcação	883
2. Ação de Divisão.....	884
3. Duplicidade.....	884
4. Perpetuidade.....	884
5. Total ou Parcial.....	884
6. Terras Particulares	884
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória.....	884
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória.....	884
Art. 947	885
Cumulação.....	885
Art. 948	885
1. Terceiros.....	885
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário.....	885
3. Cumulação Alternativa.....	886

Art. 949	886
1. Litispendência	886
2. Trânsito em Julgado.....	886
3. Denúnciação da Lide	886

Seção II

Da demarcação

Art. 950	886
1. Competência	887
2. Legitimação.....	887
3. Causa de Pedir.....	887
4. Pedido	887
5. Valor da Causa	887
6. Documentos Necessários.....	887
Art. 951	887
Cumulação.....	887
Art. 952	888
1. Qualquer Condômino	888
2. Litisconsórcio.....	888
Art. 953	888
1. Citação	888
2. Citação por Edital.....	888
Art. 954	888
1. Prazo	888
2. Prazo em Dobro	888
Art. 955	889
1. Contestação.....	889
2. Procedimento	889
Art. 956	889
1. Peritos	889
2. Assistentes Técnicos.....	889
Art. 957	889
1. Laudo Pericial.....	889
2. Laudo dos Assistentes.....	890
3. Alegações das Partes	890
Art. 958	890
1. Sentença de Procedência.....	890
2. Sentença de Improcedência	890
Art. 959	890
1. Trânsito em Julgado.....	890
2. Cumprimento da Sentença.....	890

Art. 960	890	Art. 971	895
Atos Demarcatórios	891	Oitiva das Partes. Decisão	895
Art. 961	891	Art. 972	895
Planta do Imóvel	891	Medição	895
Art. 962	891	Art. 973	895
Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo	891	Linha do Perímetro	895
Art. 963	891	Art. 974	895
Marcos	891	1. Terceiros	895
Art. 964	891	2. Tutela Específica e Tutela pelo Equi- valente Monetário	895
Relatório	891	3. Cumulação Alternativa	896
Art. 965	892	4. Litispêndência	896
1. Manifestação das Partes	892	5. Trânsito em Julgado	896
2. Decisão	892	6. Denúnciação da Lide	896
3. Auto de Demarcação	892	Art. 975	896
Art. 966	892	Planta do Imóvel e Memorial Descriti- vo	897
Sentença Homologatória da Demarca- ção	892	Art. 976	897
		Exame, Classificação e Avaliação	897
		Art. 977	897
Seção III Da divisão		Avaliação	897
Art. 967	892	Art. 978	897
1. Competência	892	Proposta de Divisão	897
2. Legitimação	893	Art. 979	898
3. Causa de Pedir	893	1. Oitiva das Partes. Decisão	898
4. Pedido	893	2. Cumprimento	898
5. Cumulação	893	Art. 980	898
6. Valor da Causa	893	1. Auto de Divisão	898
7. Documentos Necessários	893	2. Folha de Pagamento	899
8. Ação Divisória e Composse	893	3. Sentença Homologatória da Divi- são	899
Art. 968	893	Art. 981	899
1. Citação	893	Aplicação Subsidiária	899
2. Citação por Edital	894		
3. Prazo	894	Capítulo IX DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA	
4. Prazo em Dobro	894	Seção I Das disposições gerais	
5. Contestação	894	Art. 982	899
6. Procedimento	894	1. Inventário e Partilha	899
7. Sentença de Procedência	894	2. Espécies	899
Art. 969	894		
Cumprimento de Sentença. Trabalhos de Campo	894		
Art. 970	894		
Pedido de Constituição dos Quinhões ..	895		

3. Inventário Judicial	900	Art. 992	906
4. Inventário Extrajudicial	900	1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz	906
5. Foro do Inventário e da Partilha....	900	2. Despesas com o Inventário.....	906
Art. 983	900	Art. 993	906
1. Abertura do Inventário	901	1. Primeiras Declarações	907
2. Sanção	901	2. Relação Patrimonial.....	907
3. Encerramento do Inventário.....	901	3. Determinações Judiciais.....	907
4. Participação do Ministério Público.....	901	Art. 994	907
Art. 984	901	1. Sonegação ao Inventariante	907
1. Juízo Universal.....	901	2. Ação de Sonegados	908
2. Cognição Plena e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	902	Art. 995	908
3. Decisão.....	902	Remoção do Inventariante	908
Art. 985	902	Art. 996	908
1. Administrador Provisório	902	1. Processo Justo	908
2. Herdeiros	902	2. Decisão. Recurso Cabível. Fungibilidade.....	909
Art. 986	903	Art. 997	909
Direitos, Deveres e Responsabilidade....	903	Nova Nomeação.....	909
Seção II		Art. 998	909
Da legitimidade para requerer o inventário		Entrega de Bens.....	909
Art. 987	903	Seção IV	
1. Legitimidade	903	Das citações e das impugnações	
2. Documento Necessário.....	903	Art. 999	909
Art. 988	903	1. Litisconsórcio Necessário	910
Legitimidade Concorrente.....	904	2. Testamentário.....	910
Art. 989	904	3. Citações.....	910
Abertura de Ofício.....	904	Art. 1.000	910
Seção III		1. Manifestação das Partes.....	910
Do inventariante e das primeiras declarações		2. Erros e Omissões	910
Art. 990	904	3. Nomeação do Inventariante.....	910
1. Inventariante	904	4. Qualidade de Herdeiro	911
2. Companheiro Sobrevivente	905	5. Colações	911
3. Compromisso	905	6. Reserva de Bens	911
4. Decisão.....	905	7. Decisão.....	911
Art. 991	905	Art. 1.001	911
Atribuições	905	1. Exame do Pedido.....	911
		2. Não obsta o Andamento do Inventário	912
		Art. 1.002	912
		Fazenda Pública.....	912

Seção V

Da avaliação e do cálculo do imposto

Art. 1.003	912
1. Avaliação	912
2. Assistentes Técnicos	912
Art. 1.004	912
Laudo de Avaliação e Nova Avaliação ..	912
Art. 1.005	912
Presença Juiz e Escrivão	913
Art. 1.006	913
Carta Precatória	913
Art. 1.007	913
Dispensa de Avaliação	913
Art. 1.008	913
Avaliação da Fazenda Pública	913
Art. 1.009	913
1. Laudo de Avaliação	913
2. Manifestação das Partes	913
3. Impugnação	913
Art. 1.010	914
Nova Avaliação	914
Art. 1.011	914
Últimas Declarações	914
Art. 1.012	914
1. Alíquota	914
2. Cálculo do Imposto	914
3. Correção Monetária	914
4. Isenção	914
5. Honorários de Advogado. Não Incidência	914
6. Morte Presumida	915
7. Nova Avaliação. Fins Tributários ..	915
8. Promessa de Compra e Venda	915
Art. 1.013	915
1. Decisão	915
2. Exigibilidade	915

Seção VI

Das colações

Art. 1.014	915
1. Colação	915

2. Avaliação	915
3. Ministério Público	916
Art. 1.015	916
1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros	916
2. Parte Inoficiosa	916
Art. 1.016	916
1. Oposição	917
2. Decisão	917
3. Sequestro	917

Seção VII

Do pagamento das dívidas

Art. 1.017	917
1. Pagamento das Dívidas	917
2. Habilitação	917
3. Expropriação	917
4. Fazenda Pública	918
5. Partilha Homologada antes do Julgamento da Habilitação de Crédito ..	918
Art. 1.018	918
1. Meios Ordinários	918
2. Reserva de Bens	918
Art. 1.019	919
Dívida Ainda Inexigível	919
Art. 1.020	919
Legatário	919
Art. 1.021	919
Penhora	919

Seção VIII

Da partilha

Art. 1.022	919
1. Partilha	919
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil	920
3. Partilha em Vida	920
4. Decisão	920
Art. 1.023	920
Esboço da Partilha	920
Art. 1.024	920
1. Intimação	920
2. Decisão	920

Art. 1.025	920	Art. 1.037	927
Partilha Definitiva	920	Pagamento de Valores Independentemen- te de Inventário ou Arrolamento ...	927
Art. 1.026	921	Art. 1.038	927
1. Tributos	921	Aplicação Subsidiária	928
2. Homologação da Partilha	921		
3. Sobrepartilha	921	Seção X	
4. Anulação e Rescisão da Partilha ...	921	Das Disposições Comuns	
5. Petição de Herança	921	às Seções Precedentes	
Art. 1.027	921	Art. 1.039	928
1. Trânsito em Julgado	921	1. Eficácia da Tutela Cautelar	928
2. Formal de Partilha	921	2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito	928
Art. 1.028	921	Art. 1.040	928
Emenda da Partilha	921	1. Sobrepartilha	929
Art. 1.029	922	2. Espólio	929
1. Ação Anulatória de Partilha	922	3. Prescrição	929
2. Legitimidade	922	Art. 1.041	929
3. Prazo	922	Processo de Inventário e Partilha	929
Art. 1.030	923	Art. 1.042	929
1. Ação Rescisória de Partilha	923	1. Curador Especial	929
2. Legitimidade	923	2. Múnus Público	929
3. Prazo	923	Art. 1.043	929
Seção IX		Herdeiros de Ambos Forem os Mesmos	930
Do Arrolamento		Art. 1.044	930
Art. 1.031	923	Morte de Herdeiro que não Possui Ou- tros Bens além de seu Quinhão na Herança	930
1. Arrolamento Sumário	923	Art. 1.045	930
2. Prova da Quitação dos Tributos. Formal de Partilha	924	Desnecessidade de Sobrepartilha	930
3. Homologação da Partilha	924		
Art. 1.032	925	Capítulo X	
Petição Inicial	925	DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	
Art. 1.033	925	Art. 1.046	930
Dispensa de Avaliação	925	1. Embargos de Terceiro	930
Art. 1.034	925	2. Terceiro	931
1. Cognição Parcial	925	3. Constrição Judicial	931
2. Contraditório Eventual	925	4. Fraude contra Credores	932
Art. 1.035	926	5. Cônjuge	932
Credores do Espólio	926	6. União Estável	932
Art. 1.036	926	7. Meação. Ato Ilícito	932
1. Arrolamento Sumaríssimo	927	8. Sócio-Gerente	932
2. Ministério Público	927	9. Pré-Contrato	932
3. Cognição Parcial e Exauriente <i>Se-</i> <i>cundum Eventum Probationis</i>	927	10. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro ...	933

11. Doação Verbal	933	3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória... ..	939
12. Entes Cadastrais	933	4. Caução	939
13. Desapropriação	933	Art. 1.052	939
14. Benfeitorias	933	1. Suspensão do Processo Principal... ..	939
15. Sentença Transitada em Julgado sem Registro	933	2. Duração do Período de Suspensão	939
Art. 1.047	934	3. Decisão	939
1. Divisão e Demarcação	934	Art. 1.053	940
2. Hipoteca e Penhor	934	1. Contestação	940
3. Anticrese	934	2. Procedimento	940
4. Alienação Fiduciária	934	3. Sentença	940
Art. 1.048	934	4. Honorários Advocatícios	940
1. Processo de Conhecimento	935	Art. 1.054	940
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento. Sentença Mandamental ou Sentença Executiva. Tutela do Direito à Coisa	935	Matéria de Contestação. Embargos de Credor com Garantia Real	940
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento. Sentença Condenatória. Tutela do Direito ao Pagamento de Quantia	935		
4. Processo de Execução. Execução Autônoma do Direito à Coisa. Execução Autônoma do Direito ao Pagamento de Quantia	935	Capítulo XI	
5. Processo Cautelar	935	DA HABILITAÇÃO	
6. Procedimentos Especiais	936	Art. 1.055	940
7. Apreensão Criminal	936	1. Habilitação	940
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum	936	2. Habilitação como Processo Autônomo e como Incidente Processual	941
Art. 1.049	936	3. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa. Direito Previdenciário	941
1. Competência	936	Art. 1.056	941
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado	936	Legitimidade	941
3. Competência Delegada. Extensão da Delegação às Ações Acessórias	937	Art. 1.057	941
Art. 1.050	937	1. Petição Inicial	941
1. Prova Sumária da Posse	937	2. Citação	942
2. Prova da Qualidade de Terceiro	937	3. Contestação	942
3. Documentos e Rol de Testemunhas	938	Art. 1.058	942
4. Valor da Causa	938	1. Revelia	942
Art. 1.051	938	2. Procedimento	942
1. Antecipação de Tutela	938	3. Sentença	942
2. Decisão	938	Art. 1.059	942
		Causa no Tribunal	942
		Art. 1.060	942
		Habilitação mediante Incidente Processual	942
		Art. 1.061	942
		Sucessão Processual pelo Adquirente ou Cessionário da Coisa Litigiosa	942

Art. 1.062	943	Art. 1.071	947
Retomada do Curso da Causa Principal	943	1. Tutela do Direito à Coisa	947
<p>Capítulo XII DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS</p>		2. Mora do Comprador	947
Art. 1.063	943	3. Antecipação da Tutela.....	948
Restauração de Autos.....	943	4. Respostas do Demandado.....	948
Art. 1.064	943	5. Sentença.....	948
1. Competência	943	<p>Capítulo XIV DO JUÍZO ARBITRAL</p>	
2. Competência. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado	943	Arts. 1.072 a 1.102 (Revogados)	948
3. Juntada de Documentos.....	944	<p>Capítulo XV DA AÇÃO MONITÓRIA</p>	
Art. 1.065	944	Art. 1.102-A	948
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal. Ausência de Pressuposto Processual.....	944	1. Procedimento Monitório	949
2. Contestação.....	944	2. Fundamento do Procedimento Mo- nitório.....	949
3. Concordância	944	3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou de Determinado Bem Móvel	949
4. Concordância Parcial	944	4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública.....	949
5. Juntada de Documentos.....	944	5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória.....	949
6. Procedimento	944	6. Existência de Prova Escrita e Admis- sibilidade do Uso do Procedimento Comum	949
Art. 1.066	945	7. Conceito de Prova Escrita.....	949
Lauda Pericial.....	945	8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos	950
Art. 1.067	945	9. Documento Particular	950
Sentença	945	10. Conta-Corrente.....	950
Art. 1.068	945	11. Cheque Prescrito	950
Desaparecimento no Tribunal	945	12. Bem Alienado Fiduciariamente	950
Art. 1.069	946	Art. 1.102-B	951
1. Despesas Processuais	946	1. Diferença entre Prova Escrita, Pro- va Suficiente para a Tutela Anteci- patória e Prova Suficiente para a Improcedência dos Embargos ao Mandado	951
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal.....	946	2. Petição Inicial Devidamente Ins- truída com Prova Escrita	951
<p>Capítulo XIII DAS VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO</p>		3. Suficiência de Convicção de Proba- bilidade e de Cognição Sumária	951
Art. 1.070	946	4. Decisão que Defere o Mandado	952
1. Venda a Crédito com Reserva de Domínio.....	946	5. Deferimento da Expedição do Man- dado e Determinação da Citação do Devedor.....	952
2. Tutela do Direito à Coisa e Tutela do Direito de Crédito.....	946		
3. Inexigibilidade de Caução para Autor Estrangeiro.....	947		
4. Tutela do Direito de Crédito. Pen- hora da Coisa.....	947		

Art. 1.114	962	Art. 1.123	967
1. Avaliação	962	Conversão de Separação Litigiosa em Separação Consensual	967
2. Nova Avaliação	962	Art. 1.124	968
3. Dispensa de Avaliação	962	1. Homologação	968
Art. 1.115	963	2. Doação ao Filho do Casal	968
Maior Lanço	963	3. Morte do Pai da Separanda	968
Art. 1.116	963	4. Restabelecimento da Sociedade Conjugal	968
Sub-Rogação Real	963	Art. 1.124-A	968
Art. 1.117	963	Separação e Divórcio Consensuais Ex- trajudiciais	969
1. Imóvel na Partilha	963	Capítulo IV	
2. Coisa Comum	963	DOS TESTAMENTOS E CODICILOS	
3. Bens de Órfãos	964	Seção I	
Art. 1.118	964	Da abertura, do registro e do cumprimento	
1. Preferência Legal	964	Art. 1.125	969
2. Momento	964	1. Testamentos e Codicilos	969
Art. 1.119	964	2. Testamento Cerrado	969
1. Declaração Incidental de Ineficá- cia	964	3. Competência	969
2. Declaração Autônoma de Ineficá- cia	965	4. Abertura, Registro e Cumprimen- to	970
Capítulo III		5. Língua Estrangeira	970
DA SEPARAÇÃO CONSENSUAL		Art. 1.126	970
Art. 1.120	965	Suspeito de Nulidade ou Falsidade	970
1. Separação Consensual	965	Art. 1.127	970
2. Mútuo Consentimento	965	1. Testamenteiro	970
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	965	2. Preferência Legal	970
4. Dissolução Consensual de União Estável	965	Art. 1.128	970
Art. 1.121	966	Testamento Público	971
1. Pacto Antenupcial	966	Art. 1.129	971
2. Partilha de Bens	966	1. Exibição	971
3. Guarda dos Filhos e Regime de Vi- sitas	966	2. Exclusão da Sucessão	971
4. Manutenção dos Filhos	966	Seção II	
5. Alimentos	966	Da confirmação do testamento particular	
6. Preservação Suficiente de Interes- se	967	Art. 1.130	971
Art. 1.122	967	1. Testamento Particular	971
1. Audiência	967	2. Aferição de Regularidade do Tes- tamento Particular	971
2. Ministério Público	967	Art. 1.131	971
		Audiência de Inquirição	972

Art. 1.132	972	2. Competência	976
Manifestação dos Interessados	972	3. Arrecadação de Bens	976
Art. 1.133	972	4. Conversão de Inventário em Herança Jacente	976
1. Reconhecimento de Regularidade	972	Art. 1.143	976
2. Prova Pericial Grafológica	972	1. Curador	976
3. Abrandamento do Rigor Formal... ..	972	2. Guarda, Conservação e Adminis- tração	977
4. Registro, Arquivo e Cumprimento	973	3. Incorporação ao Patrimônio Públi- co	977
Seção III		Art. 1.144	977
Do testamento militar, marítimo, nuncupativo e do codicilo		Atribuições do Curador	977
Art. 1.134	973	Art. 1.145	977
Testamentos Especiais e Codicilo	973	Arrecadação	977
Seção IV		Art. 1.146	977
Da execução dos testamentos		1. Conclusão da Arrecadação	977
Art. 1.135	973	2. Aposição de Selos	977
1. Cumprimento do Testamento	973	Art. 1.147	978
2. Encargo de Testamenteiro	973	Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada	978
Art. 1.136	973	Art. 1.148	978
Hipoteca Legal	973	Autoridade Policial	978
Art. 1.137	974	Art. 1.149	978
Atribuições do Testamenteiro	974	Carta Precatória	978
Art. 1.138	974	Art. 1.150	978
1. Prêmio	974	Auto de Inquirição e Informação	978
2. Cálculo	974	Art. 1.151	978
3. Testamenteiro Negligente. Valor do Prêmio	974	1. Apresentação de Herdeiro ou Tes- tamenteiro	978
4. Testamenteiro Casado com Herdeiro ou Legatário do Testador	974	2. Decisão	979
Art. 1.139	974	Art. 1.152	979
Pagamento do Prêmio	975	1. Publicação de Editais	979
Art. 1.140	975	2. Finado Estrangeiro	979
1. Remoção do Testamenteiro	975	3. Citação Pessoal	979
2. Processo de Remoção do Testamen- teiro	975	Art. 1.153	979
Art. 1.141	975	Conversão de Herança Jacente em In- ventário	979
1. Causa Legítima	975	Art. 1.154	979
2. Decisão	975	Credores	979
Capítulo V		Art. 1.155	979
DA HERANÇA JACENTE		Alienações	980
Art. 1.142	975		
1. Herança Jacente	975		

Art. 1.156	980	Art. 1.169	985
Bens com Valor de Afeição.....	980	Procedimento Comum	985
Art. 1.157	980		
1. Declaração de Vacância.....	980	Capítulo VII	
2. Habilitação	980	DAS COISAS VAGAS	
3. Exceção à Regra da <i>Saisine</i>	980	Art. 1.170	985
4. Usucapião	981	1. Coisas Vagas	986
Art. 1.158	981	2. Competência	986
1. Mesmos Autos.....	981	Art. 1.171	986
2. Ação Própria.....	981	Publicação de Editais	986
		Art. 1.172	986
Capítulo VI		Comparecimento	986
DOS BENS DOS AUSENTES		Art. 1.173	986
Art. 1.159	981	Ausência de Comparecimento	986
1. Ausência.....	981	Art. 1.174	987
2. Competência	982	Abandono da Coisa.....	987
Art. 1.160	982	Art. 1.175	987
1. Arrecadação dos Bens	982	Hotéis, Oficinas e Outros Estabeleci-	
2. Curador	982	mentos.....	987
3. Pagamento de Benefício Devido ao		Art. 1.176	987
Ausente	982	Suspeita de Crime.....	987
Art. 1.161	983		
Publicação de Editais.....	983	Capítulo VIII	
Art. 1.162	983	DA CURATELA DOS INTERDITOS	
Cessaçao de Curadoria.....	983	Art. 1.177	987
Art. 1.163	983	1. Interdição	987
Sucessão Provisória.....	984	2. Curatela dos Interditos	987
Art. 1.164	984	3. Legitimidade Ativa.....	987
Habilitação	984	Art. 1.178	988
Art. 1.165	984	Ministério Público.....	988
1. Como se o Ausente Fosse Falecido		Art. 1.179	988
2. Tributação	984	Curador Especial	988
Art. 1.166	984	Art. 1.180	988
1. Caução	984	1. Competência	988
2. Alienar ou Hipotecar	984	2. Prova Pré-Constituída da Legiti-	
Art. 1.167	985	midade.....	988
Sucessão Definitiva.....	985	3. Antecipação da Tutela. Pedido de	
Art. 1.168	985	Nomeação de Curador Provisório ..	988
1. Regresso do Ausente ou de Algum		4. Inépcia da Petição Inicial	989
dos seus Descendentes ou Ascen-		Art. 1.181	989
dentes	985	1. Citação	989
2. Incorporação ao Patrimônio Públi-		2. Inspeção Judicial Preliminar	989
co.....	985		

Art. 1.182	989	2. Ministério Público.....	994
1. Impugnação ao Pedido.....	989	Art. 1.190	994
2. Ministério Público.....	990	Idoneidade.....	994
3. Representação Processual do Interditando	990	Art. 1.191	994
Art. 1.183	990	Ineficácia da Nomeação	994
1. Laudo Pericial.....	990	Art. 1.192	994
2. Assistentes Técnicos	990	1. Escusa.....	994
Art. 1.184	990	2. Prazo	994
1. Sentença de Interdição.....	990	Art. 1.193	995
2. Nomeação de Curador	991	Decisão	995
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição	991		
4. Eficácia <i>Ex Nunc</i> da Sentença de Interdição	991	Seção II	
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição.....	991	Da remoção e dispensa de tutor ou curador	
6. Prescrição Consumada antes da Prolação da Sentença de Interdição. Momento de Suspensão.....	991	Art. 1.194	995
Art. 1.185	992	1. Remoção	995
Pródigos, Surdos-Mudos e Viciados	992	2. Responsabilidade do Juiz	995
Art. 1.186	992	Art. 1.195	995
1. Levantamento de Interdição.....	992	Contestação	995
2. Prova Pericial	992	Art. 1.196	995
3. Audiência de Instrução e Julgamento	992	1. Procedimento	995
4. Sentença de Levantamento de Interdição.....	992	2. Sentença.....	995
Capítulo X		Art. 1.197	995
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS		Suspensão do Exercício de suas Funções	995
À TUTELA E À CURATELA		Art. 1.198	995
Seção I		1. Dispensa.....	996
Da nomeação do tutor ou curador		2. Cessação da Tutela ou Curatela.....	996
Art. 1.187	993	Capítulo X	
1. Tutela	993	DA ORGANIZAÇÃO E DA	
2. Tutor	993	FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	
3. Compromisso	993	Art. 1.199	996
4. Responsabilidade do Juiz	993	1. Organização e Fiscalização das Fundações.....	996
Art. 1.188	993	2. Instituição de Fundação.....	996
Garantia.....	993	3. Elaboração de Estatuto.....	996
Art. 1.189	993	Art. 1.200	996
1. Defensoria Pública	994	Ministério Público.....	996
		Art. 1.201	997
		1. Apreciação do Estatuto.....	997
		2. Pedido de Suprimento de Aprovação	997

3. Existência Legal da Fundação.....	997	Art. 1.211-B	1002
Art. 1.202	997	Requerimento.....	1002
Elaboração de Estatuto pelo Ministério Público	997	Art. 1.211-C	1002
Art. 1.203	997	Não Cessação.....	1002
1. Alteração de Estatuto	997	Art. 1.212	1003
2. Pedido de Suprimento de Aprovação	998	1. Execução Dívida Ativa da União... ..	1003
Art. 1.204	998	2. Justiça Federal. Isenção de Custas .	1003
Extinção da Fundação.....	998	3. Justiça Estadual. Isenção de Custas em Favor da União.....	1003
Capítulo XI			
DA ESPECIALIZAÇÃO			
DA HIPOTECA LEGAL			
Art. 1.205	998	Art. 1.213	1003
1. Hipoteca Legal.....	998	Cartas Precatórias	1003
2. Especialização da Hipoteca Legal.	999	Art. 1.214	1003
3. Competência	999	Adaptação.....	1003
4. Legitimidade	999	Art. 1.215	1004
5. Citação dos Interessados.....	999	Destruição de Autos.....	1004
Art. 1.206	999	Art. 1.216	1004
1. Prova Pericial	999	Publicações Oficiais	1004
2. Mulher Casada e Dote.....	999	Art. 1.217	1004
Art. 1.207	999	Recursos em Leis Especiais.....	1004
Sentença	1000	Art. 1.218	1004
Art. 1.208	1000	1. Loteamento e Venda de Imóveis a Prestações	1005
Bens Insuficientes	1000	2. Despejo	1005
Art. 1.209	1000	3. Renovação de Contrato de Locação	1005
Ainda que Inferiores ao Valor da Responsabilidade.....	1000	4. Registro Torrens	1005
Art. 1.210	1000	5. Averbções ou Retificações.....	1005
Especialização Negocial.....	1000	6. Bem de Família.....	1005
LIVRO V			
DAS DISPOSIÇÕES			
FINAIS E TRANSITÓRIAS			
Art. 1.211	1001	7. Dissolução e Liquidação das Sociedades	1005
1. Direito Intertemporal.....	1001	8. Protestos Formados a Bordo	1005
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo.....	1001	9. Habilitação para Casamento.....	1005
3. Isolamento dos Atos Processuais...	1001	10. Dinheiro a Risco.....	1005
Art. 1.211-A	1002	11. Vistoria de Fazendas Avariadas....	1005
Idoso. Portador de Doença Grave. Tramitação Prioritária	1002	12. Apreensão de Embarcações	1005
		13. Avaria a Cargo do Segurador	1005
		14. Avarias.....	1005
		15. Arribadas Forçadas	1005
		Art. 1.219	1005
		Depósitos Judiciais.....	1006
		Art. 1.220	1006
		<i>Vacatio Legis</i>	1005

SÚMULAS	1007
Justificativa da Inserção	1007
STF	1009
– por assunto	1009
– por ordem numérica	1030
– vinculante por ordem numérica	1059
STJ	1062
– por assunto	1062
– por ordem numérica	1127
INDICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA ARTIGO POR ARTIGO	1145
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1229